



# MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO HOSPITAL, REALIZADA NO DIA VINTE E QUATRO DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DOZE.

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano dois mil e doze, pelas vinte uma horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, sob a presidência do Sr. António dos Santos Lopes.

Aberta a sessão, foi feita a chamada dos membros deste órgão, tendo-se verificado que se encontrava ausente o Sr. Aristides Gonçalves da Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Avô, que apresentou justificação e solicitou a sua substituição pelo Sr. António da Silva Antunes, Secretário daquela Junta de Freguesia.

O Sr. Luís Tavares Pereira de Sousa também esteve ausente, tendo solicitado a justificação da sua falta.

Encontravam-se presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal e os Srs. Vereadores José Carlos Nunes Mendes, José Francisco Tavares Rolo, Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Telma da Conceição Correia Martinho e Maria da Graça Madeira de Brito da Silva.

Da presente sessão da Assembleia Municipal, fazia parte a seguinte Ordem do dia:

I – Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município.

II – Fixação do montante das coberturas relativamente ao Seguro de Acidentes Pessoais dos membros da Assembleia Municipal.

Iniciada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa submeteu à votação a ata da sessão ordinária de dezassete de dezembro de dois mil e onze, tendo sido aprovada por maioria, com três abstenções.

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção inicial:

“Penso que todos têm nos documentos que acompanharam a convocatória uma comunicação que o Sr. Vereador Paulo Rocha fez à Assembleia Municipal, de acordo com a lei. Eu faço-lhe referência para efeitos de ficar em ata e para produzir os devidos efeitos.”

A Assembleia Municipal, nos termos do nº 1 do artigo 3º da Lei nº 29/87, de 30 de junho, na sua atual redação, tomou conhecimento da assunção, por parte do Sr. Vereador Paulo Jorge Gonçalves Rocha, do cargo de vereador em regime de permanência.

Entrando-se no Período Antes da Ordem do Dia, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Lagares da Beira, Sr. Raúl Dinis, que fez a seguinte intervenção:

“Não sou particularmente adepto do Carnaval mas queria deixar aqui uma palavra de apreço a todas as organizações do concelho que promoveram os festejos de Carnaval, quer através de desfiles ou de outro tipo de festejo desta data. E isto porque, na verdade, eu penso que o Carnaval é sempre um momento dinamizador da economia local. Portanto, só por esse



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

facto acho que é de deixar aqui uma palavra para todas as pessoas que estiveram envolvidas nesses eventos porque ajudam o concelho e o comércio local em cada uma das freguesias onde eles são realizados. Não podia deixar de fazer esse agradecimento ao esforço que as pessoas fizeram.

Foi com grande satisfação que assisti à recente cerimónia pública de entrega de prémios do concurso “Empreender + em Oliveira do Hospital”, que decorreu nas instalações da Plataforma de Desenvolvimento BLC3. Em primeiro lugar, pelo merecido reconhecimento da Câmara Municipal a todos os empresários do concelho que se têm empenhado na criação de emprego e no crescimento económico do concelho. Em segundo lugar, parece-me que este concurso “Empreender + em Oliveira do Hospital” não é importante unicamente pelos prémios monetários que são entregues aos concorrentes premiados, mas sim pela motivação e entusiasmo que desperta nos jovens para a criação de novas ideias de negócio que possam gerar emprego de qualidade para o concelho e para a região. Mas, ainda mais importante é o facto das três empresas melhor classificadas no “Empreender + em Oliveira do Hospital” já se encontrarem instaladas e a desenvolver os seus projetos nas instalações da Plataforma, marcando assim o início da esperada incubação de empresas naquele espaço, um dos objetivos primordiais daquela estrutura de apoio à atividade económica e à inovação do concelho.

Todos percebemos que a Plataforma BLC3 não é um projeto de um mês ou de um ano. É um projeto de futuro, tem dado passos seguros e ganhando sucessivos parceiros e aliados de peso. Hoje é já uma referência no desenvolvimento de projetos inovadores reconhecidos em Portugal e na Europa, algo que nos deve orgulhar a todos como oliveirenses.

Fiquei também surpreendido com a quantidade e qualidade das instituições e empresas que estão associadas, como o Instituto Pedro Nunes, as Universidades de Coimbra e Aveiro, entre outras, universidades internacionais, ou a própria GALP. Acho que estas parcerias nos fazem acreditar que este projeto é importantíssimo para Oliveira do Hospital e para a região.

Mas tenho também conhecimento do apoio que pode ser dado a processos de constituição de empresas, planos de negócios e candidaturas a investimentos, algo que, nos tempos de correm, será certamente uma mais-valia para a região.

Mais recentemente tenho ouvido também bastantes elogios ao apoio que foi dado a jovens na apresentação de candidaturas que pretendam investir na atividade agrícola. Em tempos de crise, só com este tipo de apoios será possível criar emprego e criar desenvolvimento. Por estas razões, considero que a Plataforma está no caminho certo e será claramente o futuro.

Uma última palavra de reconhecimento para os vários jovens empresários que se envolveram na criação das três ideias de negócio premiadas e que hoje são três novas empresas criadas e em instalação no concelho de Oliveira do Hospital. Tudo isto são bons motivos para acreditarmos que é possível inovar empresarialmente em Oliveira do Hospital, que é possível criar novas empresas e criar novos serviços e produtos.

O nosso desejo final: que destes projetos cresçam negócios de sucesso, proporcionem oportunidades de emprego para os mais jovens e a projeção de Oliveira do Hospital como



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

terra de empreendedores e de gente com capacidade de risco. Em momentos de crise é também de exemplos destes – exemplos construtivos – que o concelho e o País necessitam.”

Seguidamente, interveio o Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Sr. Prof. João Dinis:

“Boa noite, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, em especial o Sr. Vereador Dr. Paulo Rocha, até porque está de novo deste lado, agora aqui na Assembleia Municipal que, de facto, sendo Assembleia Municipal, não é Assembleia Nacional.

Caros membros da Assembleia Municipal, comunicação social, público em geral:

Uma primeira nota: por acaso, passei há bocado, outra vez, num troço de estrada municipal entre o Rio Seia e o fundo de Fiais da Beira. De facto, necessita das marcações no asfalto, as marcações alterais e a meio, até porque é uma zona que, com frequência, está com neveiro.

Depois, tinha aqui um apelo contra a extinção ou agregação de freguesias:

*O governo já aprovou uma proposta de lei que, em princípio, vai a debate e votação, na generalidade, a 1 de março, na Assembleia da República, proposta de lei essa que, no essencial, visa abater, “à força”, mais de mil e quinhentas freguesias.*

*Ao nosso Município caberá abater pelo menos cinco freguesias, o equivalente a 25% do total.*

*Sim, a grande novidade é que o governo quer mesmo que sejamos nós, aqui a nível da nossa Assembleia Municipal, que lhe resolvamos o problema do abate de algumas das nossas freguesias. E se nos portarmos bem, se fizemos esse trabalho digamos que sujo, até poderemos receber, em 2013, um bónus de 15% nas transferências do Orçamento de Estado para as freguesias a “agregar”, como agora nos dizem.*

*Ou seja, o governo quer que nós sejamos os matadores e os coveiros das nossas freguesias e, por aí, que eliminemos um boa parte, afetiva que seja, da nossa identidade. E paga-nos o serviço com um bónus de 15%...*

*Este propósito merece ser derrotado! Tem que ser derrotado!*

*Cabe-nos conseguir dar expressão à vontade das nossas autarquias e à vontade das nossas populações.*

*Sábado, 3 de março, à tarde, a ANAFRE distrital de Coimbra – com o apoio do movimento “Freguesias, Sempre!” – promove uma Concentração na Praça 8 de Maio, em Coimbra, com delegações das freguesias, com a população que para lá mobilizarmos.*

*Apelo para os Presidentes de Juntas e para as Freguesias do nosso Município para que também participem!*

*Apelo ainda para a Câmara Municipal e para a Assembleia Municipal no sentido de que, no respeito aliás da “moção” já aqui aprovada o ano passado – não só rejeitem interferir diretamente no processo de abate das nossas freguesias como também combatam e*



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*ajudem a combater o processo em curso.*

Um outro assunto:

*Luta em defesa da ESTGOH:*

*Volto a afirmar que, pelo “andar da carruagem”, a ESTGOH é para fechar, ou por morte súbita ou por morte assistida, com o esvaziamento de cursos e de recursos financeiros, para já não falar da falta de novas instalações.*

*Volto a afirmar que o Presidente do IPC ou até o ex-Presidente da ESTGOH não podem ser transformados nos bodes expiatórios deste caso, independentemente das eventuais responsabilidades que cada um possa ter.*

*Devo dizer que compreendo a tomada de posição da ex-Direção da ESTGOH, ao demitir-se em bloco. Reconhece-se que estava sem condições para exercer condignamente as suas funções e não quer ser arrastada mais tempo no processo de liquidação da ESTGOH.*

*Devo dizer que nunca dei conta que o ex-Presidente da ESTGOH tivesse afirmado que queria os cursos exóticos – chamemos-lhe assim – que para aqui agora queriam impingir, embora tivesse afirmado que queria cursos na área da saúde, o que pode ser outra coisa.*

*Por isso e independentemente de tudo mais que possa ser feito, o que já está a faltar, aqui, na defesa cerrada de uma ESTGOH ao melhor nível, o que já está a faltar, é a mobilização do Município para a luta contra o processo em curso de liquidação da ESTGOH. Em especial, está a faltar a mobilização da população e das forças vivas da cidade, desta cidade cuja vida muito depende da ESTGOH a funcionar com bons cursos e muitos alunos.*

*Devemos reclamar à tutela aquilo que à tutela compete decidir e atribuir para a ESTGOH. Trata-se já de uma questão política e não de uma mera questão de gestão técnico-administrativa.*

*É necessário mostrar ao Governo, e de forma inequívoca, que a cidade e o Município de Oliveira do Hospital querem e têm direito à ESTGOH. Lembro as vigorosas ações de protesto e reclamação levadas a cabo em Oliveira do Hospital, com a população, na defesa das urgências do Centro de Saúde. Precisamos de reeditar algo semelhante e depressa.*

*Compete às autarquias e aos autarcas associarem-se ou mesmo dinamizarem o processo dessa luta, até para que não se diga que não foram avisados e que não avisaram.*

*Da minha parte, estou disponível.*

E tinha uma recomendação, esta para ser votada:

*“Recomendação para apoio aos Produtores Pecuários por causa da seca:*

*O nosso Concelho e o País estão debaixo de uma seca prolongada. Entre outras más consequências, a Seca provoca prejuízos aos agricultores, e aos produtores pecuários em especial que estão a gastar as reservas da alimentação animal que guardavam para o Verão e que estão com uma produção de leite e queijo pela metade do que seria normal.*



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*A situação é crítica também porque os agricultores e os produtores pecuários estão descapitalizados num contexto em que os fatores de produção – eletricidade – combustíveis – rações – nunca estiveram tão caros como agora.*

*Para complicar tudo, o governo ainda não pagou as dívidas que tem para com as OPP, Organizações de Produtores Pecuários (a ANCOSE gere uma OPP), dívidas relativas a parte das despesas feitas, o ano passado, com a Sanidade Animal. Essa falta de pagamento do ano de 2011 e a falta perspectivas para 2012 causam problemas acrescidos que podem até pôr em causa todo o esforço que os produtores pecuários – designadamente os pastores – têm vindo a fazer, ao longo de anos, para controlarem as doenças do gado, no caso as doenças das ovelhas e cabras. E problemas graves com a falta de sanidade animal põem em causa a própria saúde pública.*

*Assim, apelamos para a Câmara Municipal no sentido de:*

*1 – Intervir junto do Ministério da Agricultura e do governo para que estes definam medidas excecionais de apoio aos agricultores em geral e aos produtores pecuários em especial, aliás à semelhança daquilo que já aconteceu noutras alturas difíceis.*

*2 – Em colaboração com as organizações de agricultores, fazer uma avaliação concreta da situação – junto dos pastores e outros produtores – para também poder definir melhor algumas medidas municipais, concretas, de apoio aos Produtores Pecuários nomeadamente na área da aquisição de alimentação animal.”*

Terminada a intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, a Mesa da Assembleia Municipal colocou à votação a proposta de recomendação para apoio aos produtores pecuários, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. João Esteves, que fez a seguinte intervenção:

“Esta minha intervenção é mais uma recomendação e uma sensibilização. E até parece que foi conjugada com o João Dinis. Vou falar quase praticamente aquilo que ele falou. Esta é a minha opinião acerca deste assunto. Trago à Assembleia algumas reflexões que são de interesse para o nosso concelho e que nos deixam a todos bastante preocupados, como é o caso da reforma da administração local.

Segundo a calendarização proposta no Livro Verde, decorreu até ao fim do mês de janeiro a discussão pública, nas assembleias de freguesia e assembleias municipais, dos modelos de administração local, como sendo o setor empresarial local, a organização do território, a gestão municipal, intermunicipal, financiamento e democracia local.

Ainda pela calendarização proposta, de fevereiro a abril será feita a compilação e tratamento, pela Secretaria de Estado da Administração Local, e, até junho, será apresentado e efetuado pela Assembleia da República, o processo legislativo competente.

Ora, segundo consta, terá havido discussão pública nas assembleias de freguesia e em reuniões públicas alargadas à população em algumas freguesias.

Porque será que, quer o Executivo, quer a Mesa da Assembleia nunca promoveram tal discussão nesta Assembleia Municipal? Será que este assunto não nos merece qualquer



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

interesse? Ou então estamos todos de acordo com o que está previsto no documento elaborado pelo Governo?

Sabe-se que, no nosso concelho, irão ser extintas, por incorporação noutras, cerca de quarenta por cento das freguesias. Esta percentagem foi-me avançada por um deputado da Nação. Quarenta por cento são à volta de oito freguesias. O Jano traz um dado que são cinco. Concretamente, não sei.

Será que não somos capazes de nos entendermos no concelho, acerca da reorganização e reestruturação do mapa autárquico, ou estamos expectantes que esta reestruturação se faça pelo poder central, a régua e esquadro? Se nós não tomarmos qualquer posição, a reestruturação vai ser feita e vai ser feita de cima para baixo. Vai ser feita sem o conhecimento, por vezes, dos locais e das freguesias que vão ser extintas.

É esta a discussão que deveria ser efetuada pelo órgão democrático concelhio, que é a Assembleia Municipal.

Sobre a ESTGOH, queria referir que é com bastante apreensão que assistimos, nestes últimos dias, ao desenrolar de acontecimentos que estão a pôr em causa a continuidade da Escola em Oliveira do Hospital. Com as demissões do Presidente, do Vice-Presidente e Presidente do Conselho Técnico-Científico, com a reformulação da oferta formativa para a área da saúde por substituição dos atuais cursos de gestão e engenharia, trará de certeza uma instabilidade à ESTGOH que poderá pôr em causa a Escola, já que não está definido quando os novos cursos irão ter início e como se procederá ao esvaziamento dos atuais cursos administrados. Será que estes vão continuar na Escola até se esgotarem totalmente? Ou vão simplesmente passar para Coimbra?

É toda esta indefinição que paira sobre a Escola que poderá pôr em causa a continuidade da mesma nesta cidade e neste concelho.

Acho que deveria sair desta Assembleia uma comissão que, conjuntamente com a Câmara Municipal, tratasse, perante o Presidente do IPC e o Sr. Secretário de Estado do Ensino Superior, da continuidade da Escola e, se possível, torná-la mais estável e credível.”

Intervio, depois, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia:

“Perante a questão que o Sr. Esteves aqui coloca relativamente à Mesa da Assembleia, penso que nós já aflorámos aqui o assunto, embora não de uma maneira formal. Penso que já tive oportunidade de dizer aqui que acho que esta questão das freguesias é uma falsa questão. Em minha opinião pessoal, o que se vai perder em proximidade e no trabalho que é feito nas juntas em termos do interesse público, é bastante superior ao que se vai ganhar em dinheiro porque, como se sabe, o custo das autarquias é uma ninharia. São mesmo *peanuts*, como se costuma dizer, em termos de Orçamento de Estado. Das mil e quinhentas freguesias, todos nós sabemos que um Executivo de uma junta de freguesia custa cento e cinquenta contos ao Estado. Bem sei que há mais umas despesas de telefone e mais algumas coisas. Mas também digo que aquilo que os presidentes de junta conseguem, às vezes num terreno que é preciso, numa série de situações, penso que o Estado ganha mais em ter as freguesias do que em acabar com elas.



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

De qualquer forma, penso que o assunto vai ser discutido agora na Assembleia da República. O Governo, perante os reveses que tem sofrido, especialmente aquela monumental vaia que houve no Congresso da ANAFRE, começou a repensar a vida e, como isto dá perda de muitos votos, quer pôr o odioso da questão em cima da Assembleia Municipal. E, como acabou de dizer o João Dinis e, a meu ver bem, oferece-nos uma cenourazita para traírmos as populações que nos elegeram.

Pessoalmente, tenho uma opinião muito formada acerca disto. Não me custa nada fazer um discurso completamente contrário do que aqui disse porque, se formos ao espírito da lei que criou o nascimento das freguesias e dos concelhos tal como eles hoje existem, que é uma lei de mil oitocentos e trinta e seis, do Mouzinho da Silveira, os concelhos deviam estar a uma distância tal que fosse permitido ao cidadão ir à sede do concelho tratar de um assunto e voltar no mesmo dia. Ora, naquele tempo, era a pé. Alguns, a cavalo. Mas o cavalo era um privilégio pois só alguns é que o tinham. Para quem não sabe, o simples facto de ter um cavalo, dava imunidade política. Portanto, isto quer dizer que não era para todos.

A ser assim, eu penso que as capitais de distrito podiam muito bem ser as sedes de concelho e as atuais câmaras municipais podiam muito bem ser as sedes de freguesia. Porque eu já tenho ido muitas vezes a Lisboa num dia. Demoro duas horas e pouco para lá e outro tanto para cá. E ainda tenho três horas para tratar lá dos assuntos que necessito. Assim, podíamos pôr só Lisboa como sede do concelho e o problema estava resolvido. Aliás, todos nós conhecemos muitas câmaras municipais que representam mais gente do que o Estado Português: São Paulo, Rio de Janeiro, Nova Iorque, Londres.

Portanto, há discussão para todos os gostos e podemos levar a discussão para o lado que quisermos. A minha posição é aquela que já disse: acho que não vamos ganhar nada com isso. A seu tempo, e quando fôr aqui posta a discussão, teremos que a fazer. Se me disserem que podemos integrar três ou quatro freguesias que temos com trezentos ou quatrocentos eleitores, de calhar podemos... Mas, como eu disse, penso que não ganharemos nada com isso. Quando fôr a altura, acho que devemos discutir. A Assembleia da República vai dizer o que é que entende. A partir daí, a “bola” fica efetivamente na nossa mão e, nessa altura, penso que a Mesa da Assembleia e o seu Presidente em especial, não deixarão de dedicar ao assunto o tempo e cuidado que hão de merecer e havemos de fazer aqui essa discussão, sendo que a questão de princípio comigo é esta. E penso, por aquilo que se tem visto aqui, da parte de alguns presidentes de junta, que essa será mais ou menos a posição, que é mantermos o que temos.

A certa altura, vamos ter que pensar entre os impostos que temos que pagar, porque estamos aqui e somos pessoas responsáveis. Também temos que equacionar todas essas questões. E penso que o faremos. Pelo menos no meu entender, acho que ainda não foi o momento de discutirmos aqui isso. Quando fôr... E penso que será a partir do próximo dia um, que é a discussão na Assembleia da República.

Como sabem, a Assembleia seguinte tanto pode ser realizada no mês de março como no mês de abril, segundo a lei. Se se vir que há essa pertinência, faremos uma Assembleia extraordinária, se fizer falta, ou podemos antecipar a próxima Assembleia – se as Contas já estiverem entretanto prontas – e discutir atempadamente esse assunto.



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Portanto, era o que se me oferecia dizer sobre essa questão. Eu aceito a crítica mas também penso que ainda lá não vai o tempo oportuno. Em meu entender, o tempo será depois da decisão da Assembleia da República.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal Correia:

“Sr. Presidente: há relativamente pouco tempo vi na comunicação social que a Câmara de Seia provou um protocolo com a empresa Águas do Zêzere e Côa e com os produtores de queijo de ovelha. Mas a notícia não vinha bem esclarecida. Era só para perguntar ao Sr. Presidente se tem algum conhecimento do teor do protocolo, o que é que foi aprovado, se é para tratar os efluentes das queijarias, qual seria o objetivo desse protocolo.

Outra questão: não sei se os meus colegas fizeram o mesmo mas temos que prevenir. Não é no fim da casa roubada que se devem meter trancas nas portas. A freguesia de Meruge aprovou uma moção, que enviou para a Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local, contra a extinção de freguesias. Já recebemos a seguinte resposta: *“Recebeu esta Comissão, remetido por Sua Excelência a Presidente da Assembleia da República, o ofício e anexo que V. Exa. lhe dirigiu, relativos ao assunto em epígrafe, os quais mereceram a melhor atenção e de que foi dado conhecimento aos Senhores Deputados que integram esta Comissão, para os devidos efeitos.”*

Assim, apesar da freguesia de Meruge, neste momento, não obedecer aos critérios para a extinção, somos contra a extinção de qualquer freguesia e fizemos aquilo que pensamos que devíamos ter feito. Não é neste momento mas não quer dizer que não seja num próximo ano, se as coisas assim continuarem.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Dr. Francisco José Garcia, que fez a seguinte intervenção:

“Não vos trago nenhuma novidade ao dizer que tem sido sobretudo a crise de valores e dos princípios, de ética política e de identidade coletiva, que, associada a um neoliberalismo mundial, nos conduziu a este momento de extrema dificuldade que a história há de escrever como aquele em que mais se acentuaram as desigualdades sociais, em que as conquistas da democracia foram relevadas para o plano da insignificância e, em demasiados casos, foram negadas aos cidadãos, como o acesso pleno aos cuidados de saúde, à educação, ao emprego, à vida com dignidade.

Em que o medo foi tantas vezes mais forte que a voz. Tudo em nome de uma pretensa recuperação económica que mais não é que uma clara ideologia política que conduz a uma lógica de austeridade – recessão – recessão – austeridade.

Mas são também estes momentos difíceis que nos põem à prova enquanto Homem na vida pública.

Dada a incapacidade dos responsáveis políticos que exercem funções nas mais altas instituições democráticas, em devolver credibilidade à classe política, fruto da sua atuação, essa responsabilidade (da credibilização) tem de começar imediatamente nos eleitos para os órgãos locais.



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

É este um momento crucial e decisivo. Acredito que todas as crises devem ser, em última análise, oportunidades para repensar, reerguer e regenerar uma sociedade. Esta é a oportunidade para devolver a confiança que as pessoas deixaram de depositar nas instituições e em quem as representa. Se é verdade que as pessoas se têm demitido, abdicado da participação na vida política, não é menos verdade que a política se tornou demasiado tecnocrata e se afastou das pessoas a quem deve servir.

Reverter esta situação só é possível se pautarmos a nossa ação pela transparência, pela defesa intransigente dos valores de solidariedade; pela busca de uma sociedade mais justa e igualitária. E sendo essa a nossa principal tarefa, deve a classe política de Oliveira do Hospital revestir a sua ação política de total transparência em todas as opções políticas de forma a garantir que os concidadãos oliveirenses entendam essas mesmas opções sem reservas.

Devemos continuar a lutar, criando condições para que o tecido empresarial existente em Oliveira do Hospital não tenha de fechar portas ou opte por se deslocar para outras regiões fruto de lhes serem oferecidas melhores condições para aí se instalarem; assim como criar e garantir condições para que outras empresas, outros empresários se fixem por cá pois só dessa forma, gerando emprego, se começarão a esbater as desigualdades sociais.

Temos ainda todos, da esquerda à direita, a responsabilidade de continuar a lutar incessantemente pela conclusão das vias de comunicação que se destinam a servir o nosso concelho, desenvolver formas de fomentar um turismo de qualidade, capitalizando, sobretudo, o potencial do Vale do Alva.

Sem esquecer a manutenção da ESTGOH (deixando aqui uma nota de reconhecimento do mérito e empenho do atual Executivo nesta matéria), mantendo no entanto as propostas que apresentei no anterior mandato, e que continuo a acreditar que ajudariam a atrair mais alunos para a ESTGOH, dificultando uma eventual decisão de fecho.

“Não há problema em hesitar se depois prosseguir”, disse *Brecht*.

Estamos agora na encruzilhada da hesitação, da incerteza. Cabe-nos tomar a iniciativa de prosseguir. Oliveira do Hospital merece-nos isso.

Esta breve intervenção é, portanto, uma “Ode à esperança”, para que a crise não se torne álibi. Para que nos aproximemos mais e cada vez das pessoas.”

Seguidamente, o Sr. Rui Abrantes tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Antes de mais, tenho que dar uma palavra ao Sr. Presidente da Mesa: estava eu, quando recebi este envelope, em casa, quando li esta ordem de trabalhos e pensei assim “*o que é que diria o Sr. António Lopes, se ainda fosse deputado desta Assembleia Municipal e não Presidente, e recebesse uma ordem de trabalhos desta grandiosidade?*”. Como ele não é deputado, não me querendo substituir a ele enquanto deputado, mas vou ter que fazer a crítica que provavelmente o Senhor faria. Dizia o Senhor a uma entrevista ao seu jornal há uns dias que tinha a sua missão cumprida. Espero que esta ordem de trabalhos também não seja reflexo disso porque isto, na minha opinião, é o esvaziamento desta Assembleia Municipal. Sinceramente. A falta de debate ou o debate que não se promove...”

E, já agora, um parêntesis: aquilo que o João Esteves quis dizer não foi pedir-lhe a



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

opinião acerca do Livro Verde. Foi dizer-lhe exatamente que o Senhor devia ter dito o que disse numa Assembleia Municipal onde esse ponto constasse: a discussão sobre a reforma da administração local. Todos nos preparávamos e vínhamos discutir isso. Não vinha o Senhor, como fez, usar da palavra sobre o tema. E vamos cair no erro – digo eu – que o Senhor dizia. Vai continuar a ser, este órgão, uma Assembleia Municipal reativa, que reage às notícias. Foi assim com a ESTGOH. Aconteceu aquela situação com a ESTGOH e todos nós viemos reagir. Vão-se extinguir as freguesias e, depois da lei ser aprovada, vamos todos vir aqui criticar e dizer que está mal.

Vamos tornar este órgão proativo, vamos discutir os temas. Porque há muitos temas. Podemos falar do turismo. Podemos falar de educação e não só da ESTGOH. Podemos falar do ensino pré-escolar até ao ensino superior. Podemos falar, por exemplo, na política do desporto, nas construções, dos relvados sintéticos, etc.. Por exemplo, a temática – também preocupante – das águas. Já se falou aqui algumas vezes disso, das Águas do Zêzere e Côa, aquela polémica que havia de passar para as Águas do Mondego ou não. Porque não discutirmos as coisas, vindo todos nós minimamente preparados, termos informação, formarmos opinião e virmos para aqui discutir? Isso é que é engrandecer o debate e, numa altura em que a sociedade civil é tão crítica dos políticos – que recebem as senhas de presença – esta ordem de trabalhos é vir dar razão às pessoas quando as pessoas nos “apontam o dedo” e dizem: “eles estão lá mas não fazem nada”. É um facto, por isso, se me permite, a senha de presença desta Assembleia, eu não a irei receber. Faço questão de não a assinar. O Senhor marca a minha presença mas eu não vou receber a senha. E desafio os Srs. Deputados a fazerem o mesmo, se assim o entenderem. Se, de alguma forma, se revirem naquilo que estou a dizer... Eu não vou dizer que é um enxovalho a este órgão mas pouco falta, a ausência de debate. Pouco falta para utilizar esse termo.

Passando este ponto, gostava de – usando uma linguagem muito querido do Sr. Presidente da Câmara, um Homem ligado ao futebol – falar do “mercado de inverno”, o “mercado de transferência”, na altura do final do ano. E gostava de falar da integração do Dr. Paulo Rocha no seu Executivo. Sem dúvida que não foi, de todo, uma surpresa a cem por cento. Mas, por outro lado, foi também com espanto e com regozijo que vimos, nós no PSD, que estávamos certos. Nós tínhamos razão. Nós apoiámos o Dr. Paulo Rocha e a lista que ele integrava, nas últimas eleições. Os Srs. não apoiaram. Pelo contrário, combateram democraticamente. Por isso, vem-nos dar algum ânimo o facto do Senhor reconhecer a mesma competência que nós reconhecemos ao Dr. Paulo Rocha. Porque ele, antes, era bom, nós acreditámos nele e, hoje, sem dúvida que é uma mais-valia para o seu Executivo. Uma mais-valia que o Senhor, pelos vistos, para justificar a sua integração, disse que precisava. Porque o Senhor escudou-se na sua incapacidade... que presumo que era o Senhor que tinha esse pelouro. Foi o que o Senhor disse: “*Nós integrámos Paulo Rocha no Executivo porque somos incapazes de lidar com a pasta das Finanças*”. Pergunto eu: quem é o incapaz? Quem foi, durante estes dois anos, o incapaz? Como é que as contas da Câmara Municipal estão relativamente aos dois anos anteriores? Saiu esta Câmara lesada ou não por não ter ninguém com capacidade ou com a capacidade do Paulo Rocha à frente das Finanças do Município?

Na realidade, na minha opinião, o que o Senhor quis fazer – eu desafiava-o a negar isso – foi não foi admitir alguém que viesse tomar conta das contas da Câmara. O Senhor quis



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

obter aquilo que as pessoas não lhe deram no dia das eleições e que foi uma maioria absoluta. Ao longo destes dois anos, o Senhor disse que nunca teve problemas em governar sem maioria porque tinha, ao seu lado, vereadores na oposição, mas que tinham opiniões construtivas. Porque é que o Senhor... E desafio-o, como dizia há pouco, a assumir claramente isso. Porque, senão, eu acho, tal como o Senhor disse também, que ficou muito mais barato a este Município integrar Paulo Rocha do que contratar uma empresa que viria, então, tomar conta das Finanças do Município. Já temos aqui mais outro ponto. Então, contratamos Paulo Rocha porque Paulo Rocha é bom ou porque Paulo Rocha é barato? Eu estou só a basear a minha leitura naquilo que o Senhor disse. Porque o Senhor, a determinada altura, dá tanto passo à frente e tanto passo atrás para justificar... E depois e muito bem, deixou de falar sobre o assunto. Deixou de falar e muito bem. Por isso, para que fique claro, o que eu o desafiava mesmo era a assumir aqui, na frente de toda a gente, se foi ou não a obtenção de uma maioria absoluta para o Executivo aquilo que o guiou no sentido de integrar Paulo Rocha na sua equipa. É essa a pergunta clara que eu lhe quero fazer. Naturalmente que esta integração terá custos, numa altura em que toda a gente pensa em reduzir os custos. O Senhor continua a dizer que foi mais barato integrar do que contratar alguém. Ainda voltando ligeiramente atrás: o Senhor poderia ter aberto um concurso para admitir alguém para vir tomar conta das contas. Teria sido mais barato. Mas não. Mais uma prova de que o que o Senhor queria, na realidade, era a obtenção da maioria absoluta.

Mas, não querendo ser demais exaustivo sobre esse assunto, queria só deixar-lhe mais duas ou três perguntas acerca daquela ordem que o senhor deu aos serviços, uma ordem interna, para que as compras devessem ser feitas, ou pelo menos consultadas, as empresas de Oliveira do Hospital. Pergunto-lhe eu: vai ser através da localização geográfica que a escolha vai ser feita ou exatamente fazendo uma comparação preço e dando benefício à localização geográfica? Presumo que será assim. Mesmo que seja mais barato, iremos comprar fora de Oliveira do Hospital e não comprar mais caro em Oliveira do Hospital. Digo eu que seja assim. Não sei se isso é lesar ou não os interesses das empresas de Oliveira do Hospital mas eu penso que, aqui, o importante é salvaguardar os interesses da Câmara: comprar mais barato, independentemente se é em Oliveira do Hospital ou fora de Oliveira do Hospital. Preço por preço, muito bem que se compre em Oliveira do Hospital. Mas, depois, que se pague a tempo e horas. E isto é uma referência à situação de que depois vamos falar no Ponto I, na informação sobre a atividade financeira do Município, de que não quero falar agora pois falarei depois. Imagine o Senhor que todos os autarcas do País decidiam emitir a mesma ordem. Teria a Câmara de Oliveira do Hospital capacidade para dar trabalho às empresas do concelho? Não acha que isso é demagogia? Não acha que isso é mais uma daquelas ações de populismo que o Senhor tem?

Depois, queria falar-lhe das rotundas cá em Oliveira do Hospital. É um facto que os deputados da Assembleia Municipal do anterior mandato, os elementos do PS e também do Executivo, sempre criticaram as rotundas cá em Oliveira do Hospital. É um facto. Criticaram as rotundas; hoje, não tratam das rotundas. As rotundas estão completamente votadas ao abandono. Desde a rotunda do Hospital, à rotunda da Iral, à rotunda dos Bombeiros, essa, então, do pior. Não trabalham. Será para poupar energia? Eu proponha-lhe: se elas não trabalham, naturalmente devem-se arranjar e, se quer poupar energia, durante a semana que



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estejam desligadas. Mas, à sexta-feira à noite, ao sábado, ao domingo, que estejam a funcionar. Vêm as pessoas, vêm os turistas. Na perspetiva de valorizar o investimento que se fez, que os Srs. tanto criticaram – é um facto – mas que se fez.

Também queria referir que, na estrada municipal que liga as Caldas das Felgueiras, há uns meses que há ali aquela falta de alcatrão. Provavelmente tem a ver com as Águas do Zêzere e Côa mas era importante dar indicações no sentido de avançarem.

Já não vamos falar dos múpis porque, dois meses depois, foram ligados os restantes. E deixo-lhe como conselho: que trabalhem só de noite. Primeiro, porque o trânsito é menor e dá para pararmos e lermos. E depois, porque está de noite e de dia não se conseguem ler pois estão todos virados para o lado do sol. São poucas as informações que se conseguem reter.”

Interveio, depois, o Sr. António Lopes:

“Na parte que a mim me toca, queria dizer ao Sr. Deputado Rui Abrantes que não é vedado à oposição fazer propostas, como sabe.

Estou aqui neste lugar há dois anos e alguns meses e, até hoje, nunca me chegou nenhuma proposta de nenhum deputado da oposição. E, se verificar o histórico de quando eu era deputado, há de ver que eram muito poucas as Assembleias que não tinha lá pontos da ordem propostos por mim.

Portanto, como o Sr. sabe, o Presidente da Assembleia limita-se a mandar os documentos que a Câmara lhe manda, não querendo eu dizer que não possa estar de acordo consigo. Eu também fiz essa leitura, por acaso. Vimos aqui gastar quatro mil euros... Mas a lei existe e diz que tem que haver uma Assembleia em fevereiro. E, como já hoje aqui disse numa conversa particular, a lei não se discute, cumpre-se. Portanto, o Presidente da Assembleia é mais crítico do que os Srs. pensam.

E, já agora, vou fazer aqui uma facadinha no Sr. Presidente: em tempos critiquei muito o boletim municipal, que era muito caro, e já hoje fiz essa crítica ao Sr. Presidente. Agora, por certo não estão à espera que eu ande aí, publicamente... Porque eu sou poder, não sou oposição. E, portanto, agora penso que é mais ou menos público que eu sou um bocadinho incómodo, como era antes. Naturalmente que agora, de vez em quando, como o Sr. Presidente não quer comprar o tal carro em condições, vai no meu e, lá dentro, às vezes tem que ouvir o que não gosta.

Mas eu não tenho nenhum problema de consciência de não exercer a minha função.

Quanto à senha de presença, registo mas também sabe que já sou autarca neste concelho há dez anos e nunca utilizei a minha senha de presença e os quilómetros. Este ano foi para os Bombeiros de Lagares da Beira. No ano passado foi para o Nogueirense. E penso que não vale a pena estar aqui a fazer propaganda da minha pessoa pois não foi para isso que os Srs. me elegeram.

Portanto, eu registo mas quero dizer-lhe mais: que lamento que esta Assembleia não tenha um debate mais vivo, mais crítico. Mas isso é o papel da oposição. Os Srs. façam bem o vosso papel e nós cá estaremos para o debate. Por mim, se fosse eu a mandar, não havia limite de tempo. Cada pessoa falava o tempo que entendesse e ficávamos aqui até de manhã porque



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

eu acho que o nosso concelho nos merece esse pequeno sacrifício.

Portanto, o Senhor sabe que o Presidente da Assembleia não é de andar muito descuidado. Mas o Senhor também tem o dever, aliás, o Senhor é que tem que fazer essas críticas, como agora fez e muito bem. Não lhe está vedado propor pontos para a ordem de trabalhos e exercer bem o seu lugar porque eu sou dos que defendo que uma boa oposição ajuda muito a governação. Assim, façam bem o vosso trabalho. E, aliás, eu disse aqui, se bem se lembram “*o Sr. Presidente Mário Alves foi eleito para governar. Governe bem que eu farei um esforço para me opor bem*”. Portanto, estas são as regras do jogo e são para ser respeitadas e para levar à prática. Essa crítica pode servir para o Presidente da Câmara mas também serve para a oposição, que também tem o poder e o dever de fazer propostas e de enriquecer o debate. Aliás, acho que temos todos a ganhar com isso.

Eu não me pronunciei propositadamente sobre a questão do Sr. Vereador Paulo Rocha mas, se leu a entrevista, também lá viu a fundamentação. O poder, para ser legítimo, tem que ter uma base democrática, maioritária. E, portanto, foram feitas algumas tentativas. A política é a arte do possível. Eu apoiei esta solução desde o primeiro momento, até para poder ser mais exigente com o Sr. Presidente da Câmara. Porque até aqui – e honra seja feita aos Srs. Vereadores da oposição e já o aqui disse na anterior Assembleia acerca dos dois anos – penso que todos os órgãos autárquicos deste concelho têm tido uma postura de responsabilidade. Não me custa nada reconhecer isso. Aliás, acho que todos ganhamos alguma coisa com isso. Não é por causa da incapacidade de gerir as contas porque, apesar destas dificuldades – se não sabe, fica a saber agora, – faz hoje um ano a Câmara devia mais duzentos mil euros do que o que deve hoje. Mas isto fica para o Sr. Presidente.

Portanto, fico à espera das suas propostas, também.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Eng<sup>o</sup> Rafael Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Antes de entrar nos temas propriamente ditos, não poderia deixar passar esta oportunidade para me mostrar bastante preocupado, Sr. Presidente, com a recente falta de coerência demonstrada pela sua última aquisição, o ex-vereador do PSD, para o seu Executivo Camarário a tempo inteiro. Não questionando a legitimidade, pois esta não está em causa, mas antes a falta de coerência nesta matéria. Falta de coerência porque dizia que tinha um oposição cooperante. Portanto, subentende-se que não teria qualquer problema que esta servisse de suporte às boas decisões do Executivo Camarário e da capacidade de decisão do Executivo. Como tal, não seria, por isso, um entrave para cumprir o seu programa. Falta de coerência ainda porque quando, na altura, o candidato Prof. Alexandrino dizia, e só para citar algumas declarações: “*não concebo que tenhamos um poder autárquico que ande a esbanjar o dinheiro do nosso orçamento municipal em obras de fachada, que não geram riqueza nem trazem desenvolvimento real e sustentável*”. Isto para dizer que, se criticava tanto o anterior Executivo, que não servia os interesses do concelho, curiosamente agora vai-se contratar alguém que foi um dos principais responsáveis nos últimos anos pelo tipo de desenvolvimento que o concelho trilhou e que agora diz ser uma grande contratação.

Resta-me ainda dizer, em relação a esta matéria, que, independentemente da maioria agora alcançada, esperamos, contudo, que o diálogo para a busca de consenso se mantenha pois fazer cidade é pensar global e agir local. Apesar das minhas reservas, gostaria, contudo, de desejar os maiores sucessos profissionais ao novo elemento do Executivo, para bem do



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

concelho, que bem merece.

Relativamente aos assuntos que me trazem aqui hoje, começaria com dois pontos que ficaram sem resposta na penúltima Assembleia Municipal.

O primeiro assunto que não foi respondido tem a ver com a ligação de internet fibra ótica de alta velocidade para o concelho de Oliveira do Hospital, nomeadamente para a incubadora de empresas sedeadas na Zona Industrial, que tanto tem sido valorizado. Qual é o ponto de situação relativamente a estas reivindicações junto da PT, que disse que iria fazer relativamente a este assunto?

O outro é relativo ao espaço novo para a sede dos escuteiros de São Paio de Gramaços. Vai para um ano quando, pela primeira vez, coloquei aqui nesta Assembleia Municipal este problema. E o que temos assistido relativamente à resolução deste problema? Praticamente zero. Tanto quanto fui informado, a direção dos escuteiros já sugeriu, inclusivé, outro local, nomeadamente o antigo matadouro, em que se responsabilizavam pela requalificação e reconstrução do espaço. Foi-lhes mostrada recetividade mas, até à data, está tudo na mesma.

Outro assunto que nos preocupa, e que também já aqui trouxe a esta Assembleia, tem a ver com as antigas instalações da ARCIAL, visto que está numa zona fulcral de Oliveira do Hospital e que achamos um desperdício estar este espaço condenado ao abandono. Penso que o Sr. Presidente poderia começar a pensar em mandar fazer um caderno de encargos para lançar um concurso de ideias públicas, pensando na sustentabilidade e rentabilidade financeira desse mesmo espaço. Deveríamos pensar neste problema. Este ano, tanto quanto sei, vai haver oportunidade de se candidatar a fundos comunitários para tal requalificação.

Outro ponto tem a ver com o aumento de casos de carência alimentar em Oliveira do Hospital. Alertava este Executivo que o Governo vai lançar cinquenta milhões de euros para colocar em funcionamento imediato novecentas e cinquenta cantinas sociais em todo o País, para fornecer refeições gratuitas, a preços simbólicos, a todas as famílias carenciadas. Chamava aqui a atenção do Sr. Presidente, com o intuito de aproveitar estes mesmos recursos, que vão ser disponibilizados pelo Governo central.

Finalmente, sabemos que o Executivo vai canalizar uma parte significativa do seu Orçamento deste ano para o apoio social – e bem –, sendo que uma das áreas em que o Município vai sobressair é adquirir e recuperar imóveis que, posteriormente, servirão para habitação social. Relativamente a este assunto, alertava o Executivo para o Programa de Habitação Social de Arrendamento, designado por Mercado Social de Arrendamento, medida que o Governo vai lançar este ano. Vai situar-se entre o mercado de arrendamento livre e o mercado de arrendamento social e vai preencher uma lacuna entre o intervalo de rendimento das pessoas que não têm orçamento muito baixo que permita usufruir do Rendimento Social mas que, por outro lado, não é assim tão elevado para arrendar uma casa. Este Programa vai disponibilizar cerca de duas mil habitações, em que a banca vai disponibilizar os seus ativos, apartamentos e habitações, para colocar no mercado de arrendamento, com preços abaixo de trinta por cento do mercado livre praticado em cada concelho. Sei que mais de cento e vinte concelhos vão estar neste Programa e gostaria que Oliveira do Hospital não ficasse de fora deste. Portanto, Sr. Presidente, venho, neste sentido, alertá-lo para este Programa e fazer todos os esforços possíveis para que Oliveira do Hospital também não fique de fora deste Programa.”



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Ervedal da Beira, Sr. Engº Carlos Maia:

“No primeiro ponto, queria falar das extensões de saúde de Ervedal da Beira e de Avô. Em Maio do ano passado, foi assinado, nesta sala, um protocolo entre o Presidente da Administração Regional de Saúde de Coimbra, a Câmara Municipal, a Junta de Freguesia de Avô e a Junta de Freguesia de Ervedal da Beira, para a construção de duas novas extensões de saúde para estas duas freguesias.

Parece que os protagonistas mudaram.

Entretanto, foi dirigida, ao Sr. Presidente da Administração Regional de Saúde de Coimbra, uma moção da Junta de Freguesia de Ervedal da Beira. Penso que também foi enviada uma da Junta de Freguesia de Avô e penso que, igualmente, terá sido enviada uma pela Câmara Municipal de Oliveira do Hospital. Estas moções questionavam o Sr. Presidente da A.R.S. se pretendia ou não respeitar aquilo que foi aprovado e que foi protocolado entre entidades sérias, dignas e representativas da administração pública deste País. Pela parte da Junta de Freguesia de Ervedal da Beira foi enviada, no final de dezembro, essa carta, foi registada e, até hoje, não há qualquer resposta à moção que foi apresentada. Não sei se, por parte da Câmara Municipal, terá havido algum *feedback* junto da A.R.S.. No entanto, da parte da freguesia de Ervedal da Beira não houve, até hoje, ninguém que se dignasse a dar uma resposta, nem que fosse a dizer “*nim*”.

Isto é bem sintomático, se calhar da pessoa que está à frente dos destinos da Administração Regional de Saúde de Coimbra. Eu sugeria-lhe, Sr. Presidente da Câmara, se assim o entender, como entidade superior às juntas de freguesia, que agendasse, o mais urgentemente possível, uma reunião com o Sr. Presidente da A.R.S. para nós sabermos se ele, efetivamente, pretende respeitar ou não esse protocolo que foi assinado entre estas quatro entidades.

Quanto às freguesias, já aqui foi abordada a questão. O João Dinis falou em cinco, o Esteves falou em oito. Pelos vistos, tem uma fonte fidedigna, aparentemente. No entanto, há aqui algo que eu gostaria de refletir: há uma coisa muito clara na proposta de decreto-lei que diz que, em municípios de nível três – como é o caso de Oliveira do Hospital – tem que reduzir, no mínimo, cinquenta por cento do número de freguesias cujo território se situe, total ou parcialmente, no mesmo lugar urbano ou em lugares urbanos sucessivamente contíguos. Portanto, tirando a freguesia de Oliveira do Hospital, que não está em questão, tanto quanto eu sei, os lugares urbanos, tal como é definido aqui e depois é dito a seguir... Para efeitos da presente lei, considera-se lugar urbano o lugar com população igual ou superior a dois mil habitantes. Quer dizer que, tirando a freguesia de Oliveira do Hospital, que não está posta em questão – é urbana e tem mais de dois mil habitantes – a única freguesia considerada como núcleo urbano de Oliveira do Hospital, com mais de dois mil habitantes, penso que será Nogueira do Cravo. Então, partindo deste pressuposto, não temos mais nenhuma freguesia com mais de dois mil habitantes na zona urbana. Nem na zona urbana nem noutra zona qualquer.

E, depois, para acabar, diz mais: “*e vinte e cinco por cento do número das outras freguesias*”. Portanto, quer dizer que, tirando Oliveira do Hospital, sede de freguesia de Oliveira do Hospital, ficamos com vinte freguesias. Dessas vinte freguesias, levando a rigor estes critérios, cinco freguesias serão para agregar, no entender do Governo. E, para além



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dessas cinco, então como urbana, seria “apanhada” Nogueira do Cravo. Isto levando em rigor estes parâmetros do Governo. Neste caso, seriam cinco mais uma. Esta será, seguramente, a proposta do Governo. Não sei de onde é que vêm as oito. Não sei que leitura é feita pelo Governo para chegar a oito. O que está aqui dito não fui eu que escrevi, foi o Governo que escreveu. E é esta a proposta. Para além disto, não pode ser mais. No meu entender, não deve ser mais nem menos. Porque há critérios que eu, efetivamente, não concordo e desde o início que disse que não concordava, até pela própria classificação de muitas freguesias como estão classificadas.

Não sei se vou à manifestação a Coimbra ou se não. Tenho vontade de ir porque isto é uma baralhação autêntica. Quando existe, está na Constituição da República, na criação das autarquias locais, na figura das câmaras municipais, das assembleias municipais, das juntas de freguesia, das assembleias de freguesia. Isto é a parte democrática do poder local.

Então, agora, só para tapar os olhos às pessoas, aos autarcas locais e às populações, vem-se criar, para além de uma assembleia de freguesia, um conselho de freguesia? E mais. Também se pretende, como é dito noutros documentos, em vez de ter um presidente da junta, ter mais dois vice-presidentes. E eu pergunto: o que é que se faz ao secretário da junta e ao tesoureiro? Então, está a aumentar-se a despesa. Seguramente que os vice-presidentes não estão lá de borla.

Isto é uma baralhação completa. Entraram num “beco sem saída” e não sabem como hão de sair disto. Ou sai disto à força – que é isso que se pretende – e querem meter nisto a todos nós, Assembleia Municipal, Juntas de Freguesia, Assembleias de Freguesia, Presidentes de Câmara, Executivos de Câmaras, para depois dizer “*não, nós não fomos os únicos intervenientes nisto porque a Assembleia Municipal propôs, a Câmara Municipal propôs*”. É isso que eles querem, que esta gente quer. Para quê? Só com um objetivo: não ter que ter que arcar com o ónus todo de perder votos. E aí o ónus seria, no entender deles, dividido entre eles e nós, assembleias e câmaras municipais. Este é que é o objetivo disto tudo, desta lei e da maneira como ela está redigida.

Mas eu digo-vos: pela parte que me toca, quando houver, nesta Assembleia Municipal, uma votação que não seja na hora própria ou que seja em antecipação, para proporem no concelho de Oliveira do Hospital a extinção de uma freguesia, eu, pura e simplesmente, vou fazer uma coisa: eu levanto-me do meu lugar e saio porta fora, que eu não volto. Eu nego-me. Eu nego-me a estar a embarcar em situações deste tipo e com gente desta a propôr as coisas como estão a propôr.

A Junta de Freguesia de Ervedal da Beira já tomou a sua posição. A Assembleia de Freguesia de Ervedal da Beira já tomou a sua posição. Deu, a seu tempo, a conhecer à Câmara Municipal a sua posição, ao Presidente da República, ao Primeiro-Ministro, à Presidente da Assembleia da República, ao Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares e ao Sr. Secretário da Administração Pública e da Reforma Administrativa. Já sabem o que é que Ervedal da Beira pensa.

Tivemos o cuidado de fazer reuniões públicas nas povoações anexas à freguesia, ouvimos as populações e ouvimos o que é que elas querem. Portanto, se porventura, quiserem eliminar Ervedal da Beira, e aqui falo por Ervedal da Beira, quero dizer que podem contar comigo para a luta porque eu não vou permitir, nem as populações vão permitir que nos queiram agregar, fundir ou extinguir, ou aquilo que eles quiserem fazer.



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Falou-se aqui em falta de debate. Quase que me faz lembrar aqueles chavões de *déficit* democrático. Falou-se aqui e já se falou nos jornais que isto já parece a Assembleia Nacional de Salazar. Eu pergunto às pessoas que estão nesta sala, uns de novo que cá estão e outros que já cá estão há mais tempo, se alguma vez alguém cortou aqui a palavra a alguém, se alguma vez alguém disse aqui “*cale-se, que não pode falar*”, se alguma vez alguém, por trazer aqui ideias próprias ou visões diferentes, foi mandado calar ou lhe tiraram a palavra.

Eu só lamento aqui uma coisa: é que, pessoas que andaram anos – eu assisti, eu estive cá – que uma ou duas vezes abriram a boca na Assembleia Municipal ou nem a abriram, são os primeiros que vêm agora aqui dizer que esta Assembleia é amorfa, que não se discute, que não há ideias. Então, essa gente não tem ideias? Se calhar, já não as tinha antes. Nunca falaram. Então, agora é que vêm criticar? Tarde vêm “piar”, desculpem usar esta terminologia. Onde é que vocês andaram antes, quando nós, do PS, tantas questões aqui levantámos – e bem pertinentes – aqui nesta Assembleia Municipal e os Srs. faziam, como eu assisti aqui várias vezes, caras enfadonhas porque as questões eram levantadas. E muitas delas eram pertinentes. Eram difíceis de ouvir. Custavam a ouvir. Se calhar, custavam. Mas tinham que as ouvir. E nós estamos cá para as ouvirmos porque aqui é que as ideias têm que ser postas. Aqui é que as pessoas devem falar. Tragam ideias e debatam-nas. Criticámos rotundas? É verdade que as criticámos. Mas não foi por serem rotundas porque elas são necessárias em muitos sítios. Nós criticámos o esbanjar de dinheiro para pagar a arquitetos para fazer obras de fachada, essas sim, quando tantas coisas eram bem mais necessárias e não foram feitas. Claro que criticámos. Mas criticámo-las e ainda hoje as criticamos.

Portanto, Sr. Rui Abrantes, o Senhor ainda é muito novo e ainda tem que aprender muito com isto. Quando mandar pedras, veja se há telhados de vidro que as pedras possam partir.

Por fim, vou terminar com uma moção. Andam aí notícias nos jornais – mais uma – de mais tentativas de tirar coisas a Oliveira do Hospital e esta é mais uma. Pelos vistos, pretende-se tirar e acabar em Oliveira do Hospital com o Centro de Novas Oportunidades. Pelos vistos, Condeixa, Figueira, Oliveira do Hospital e parece que outras. Querem acabar com tudo, pelos vistos. Quiseram acabar com a ESTGOH. Vamos ver se irão conseguir. Esperemos que não. Quiseram acabar com o Centro de Saúde e ele ainda aí está. Agora, querem acabar com o Centro de Novas Oportunidades.

Quanto a isto, o Partido Socialista tem uma posição muito clara e essa que eu vou passar a ler e que vou pôr como moção à consideração desta Assembleia Municipal:

*“Em defesa do Centro Novas Oportunidades da Escola Secundária de Oliveira do Hospital:*

*Esta intervenção resulta de um conjunto de apelos, de várias intervenções públicas e várias notícias que tem dado conta de uma injustiça, que no silêncio, vais ganhando forma e põe em causa um serviço de excelência que existe em Oliveira do Hospital.*

*Sem qualquer tipo de fundamento que não seja, mais uma vez, as motivações políticas e desfazer o que foi bem feito em prol da valorização dos portugueses, o Governo numa decisão inesperada, deu ordem para o encerramento de vários Centros Novas Oportunidades entre os quais o CNO que funciona na Escola Secundária de Oliveira do Hospital.*

*Esta decisão, à semelhança de tantas outras, é apenas uma decisão política e economicista, que não tem em conta os anseios e necessidades dos adultos que, desde 2008,*



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*tiveram no CNO de Oliveira do Hospital uma oportunidade de voltar à escola, de voltar a aprender, de melhorar e atualizar as suas qualificações, através de reconhecimento, validação e certificação de competências, que a vida não lhes permitiu reconhecer na devida altura. E note-se: foram mais de 300 adultos que conseguiram melhorar as suas qualificações académicas e profissionais neste centro desde 2008.*

*E também devemos dizer com orgulho, que o CNO da Escola Secundária de Oliveira do Hospital é dos mais bem reputados da região, onde se reconhecem competências e saberes sem facilitismos. Pelo contrário: os princípios são a competência e o rigor, a dedicação e o empenho de professores, técnicos e formandos.*

*Por isso, foi possível elevar as habilitações a mais de 300 cidadãos de diferentes origens sociais e profissionais, num ambiente de igualdades de oportunidades.*

*Devemos por isso perguntar: quantos destes adultos não conseguiram obter melhores empregos através da certificação das suas competências? Quantos destes adultos não conseguiram melhorar a sua situação profissional? Quantos destes adultos não conseguiram mesmo aceder ao ensino superior e são hoje, felizmente, licenciados? Será que se não fosse esta oportunidade conseguiriam obter estes resultados?*

*Será que há preconceitos sociais, para além de políticos, contra este método e estas soluções para valorizar as pessoas?*

*Consideramos por isto que esta é mais uma injustiça, que deverá ser denunciada e contrariada pelos cidadãos e por via da ação política, pois o CNO de Oliveira do Hospital tem todas as condições físicas e os recursos humanos especializados para continuar em funcionamento e prestar o serviço que tem vindo a prestar.*

*As testemunhas de que aqui afirmamos são as mais de 300 pessoas certificadas.*

*Mais, para além da perda que significa em termos de formação de adultos e jovens, lançará no desemprego mais um conjunto de técnico e professores que diariamente ali trabalham e do qual depende a sua subsistência.*

*Mas também não se percebe qual o critério para o funcionamento ou extinção destes centros, pois continuam a ser diariamente aprovados cursos e formações ministrada do mesmo tipo por empresas privadas, muitas delas apenas com o a perspetiva de lucro, enquanto se fecham centros – de excelência – como o da Escola Secundária de Oliveira do Hospital, com todas as condições para proporcionar uma formação de qualidade.*

*Quererá isto dizer que se arrisca fechar serviços públicos de excelência, na Escola Pública, que é de todos nós, para os trocar por empresas privadas de formação?*

*E também não nos venham convencer de supostas condições financeiras, porque é público e sabido que os Centros Novas Oportunidades são financiados a 100% através do Fundo Social Europeu, através do POPH e também por isso, é tão apetecível para as empresas de formação.*

*Deixamos por isso um sério apelo aos responsáveis políticos. É tempo de quem tutela esta matéria reavaliar e repensar a sua estratégia. É tempo do Governo olhar com atenção e solidariedade para os problemas do interior.*

*É tempo de desafirmos a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital a solidarizar-se na defesa do CNO da Escola Secundária de Oliveira do Hospital. É tempo de todos os eleitos nesta Assembleia tomarem posição.*

*É tempo também de todos juntos defendermos o que valoriza e dá dignidade às*



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*peçoas.”*

Seguidamente, a Mesa da Assembleia Municipal colocou à votação a moção apresentada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ervedal da Beira, tendo sido aprovada por maioria, com dez abstenções.

Depois, o Sr. Rui Abrantes pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Não quero roubar muito tempo e agradeço, desde já, esta intervenção. Naturalmente foi claro para todos, à exceção do Sr. Eng<sup>o</sup> Carlos Maia, que eu não quis cortar a palavra a nenhum elemento desta Assembleia. Não. Foi isso que o Senhor me quis fazer a mim. O Senhor quis-me dizer a mim que eu, porque estive quatro anos no poder... Como o Sr. Presidente da Assembleia disse, que agora está no poder e não critica e que, quando critica, fá-lo em local próprio... O Senhor é que me quer condicionar. O Senhor é que me quer cortar a palavra. Mas fica já descansado que não corta. Eu estou na oposição hoje, faço o meu papel; o Senhor apoia a governação da Câmara e faz o seu papel. A cada um cabe um papel. E acho que também não me ficou muito bem vir aqui dizer-lhe isto a si, uma pessoa tão idosa, tão velha nestes trilhos da política.

E, só para lhe dizer mais uma coisa: é por causa de pessoas como o Senhor que não há mais jovens na política. É verdade. Porque o Senhor põe-nos o carimbo: “*vocês são uns putos novos, têm que aprender muito*”. Porque o Senhor diz “*jovens*” de uma forma depreciativa. Mas isso é o seu estilo habitual, que nós já conhecemos.”

Seguidamente, interveio o Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Sr. Prof. João Dinis:

“Normalmente, não utilizo o nome das pessoas nas intervenções que faço – orais ou escritas – porque acho que o nome de uma pessoa é a última coisa em que se pode tocar. É no nome. Eu evito, por princípio, falar no nome próprio das pessoas e, quando se fala, reporta-se à funções, às responsabilidades e às intervenções de cada um faz.

A questão da senha de presença, tendo em conta a pouca substância da ordem de trabalhos da Assembleia Municipal. O período de Antes da Ordem do dia pode compensar isso. E sempre aqui, nesta Assembleia, compensou embora, normalmente, me estejam sempre a dizer “*vê lá se te calas*”, às vezes até logo que me levanto dali. Mas, já há trinta e tal anos acontecia isto. Eu continuo o mesmo. Mudaram as Assembleias mas eu continuo o mesmo. A questão é que já, por norma, parte da senha de presença eu entrego ao meu partido. Já nem fico com elas.

E, apesar de tudo, ainda aqui trouxe um assunto – particularmente um – que pode beneficiar os pastores ou produtores pecuários. Estamos em vésperas da Feira do Queijo e corremos o risco de, daqui a uma dúzia de anos, não haver pastores no nosso Município. Quando esta geração que está agora a fazer queijo acabar, quem é que depois vai ficar a ser pastor e a fazer queijo? Este é o assunto que eu queria aqui destacar.

Acho que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal respondeu muitíssimo bem. Eu não sei onde é que ele agora anda a treinar mas que tem ido aos treinos, tem. Respondeu muitíssimo bem à questão que lhe foi levantada. E nós percebemos que foi bem respondido.

Em relação ao Sr. Vereador, há aqui considerações políticas. Eu já as fiz, pelo que não vou estar agora aqui a voltar a fazê-las, até porque vocês – PSD e PS – terão mais razões para as fazer. De facto, durante um período, na gestão anterior, havia um Executivo em permanência em que o vereador que estava em exercício – utilizando a linguagem



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

futebolística e sem ofensa –, para uma parte da Assembleia era “besta”. Agora, passou a “bestial”. Mas, também para aqueles que, nessa altura, era “bestial”, agora passou para “besta”. Acho que não se trata nem de uma coisa nem de outra.

Mas esta curiosidade da vida política no nosso Município – que eu acho deliciosa do ponto de vista da política pura e dura – é a declaração, num Executivo municipal, do único e formalmente vereador do PSD no atual Executivo. Um só vereador que, por acaso, foi contestado com a direção do PSD local. Mas é o único. E cita assim um jornal: *“para o antigo Presidente da Câmara, foi o principal adversário da atual equipa municipal nas eleições de dois mil e nove, “o povo é inteligente e ninguém lhe faz a cabeça, chegando até a notar que “o povo decidiu bem quando elegeu Alexandrino para Presidente da Câmara Municipal”*. Perante isto, o Presidente da Câmara Municipal também decidiu bem. Porque o Presidente da Câmara poderá dizer assim *“mudou o treinador principal”*.”

Em seguida, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal tomou a palavra:

“Quanto a esta questão dos tempos, eu costumo fazer uma gestão, que é minha, que nem sempre é do Regimento, mas, num dia como o de hoje e pelos motivos que o Rui apontou, estou a ser um bocadinho mais expansivo porque prevejo que os pontos da Ordem do Dia são relativamente rápidos. E, como o João Dinis disse agora e muito bem, sempre foi assim e também há que fazer justiça à anterior Mesa – porque nunca ninguém me ouviu criticar – pois sempre houve alguma generosidade nos tempos. Sendo certo que há aqui dois Srs. deputados ou presidentes de junta que são useiros e vezeiros a ultrapassar o tempo e, naturalmente, não se pode ter a mesma condescendência com as pessoas que falam uma vez por sessão ou nem falam. Naturalmente, que era bom que houvesse algum cuidado. Seis ou sete minutos, tolera-se. Agora, se todos viermos para aqui com intervenções de vinte minutos – e hoje já houve aqui algumas de mais de dez – é complicado.

De facto, não gosto de cortar a palavra a ninguém mas penso que todos nós temos que ter a responsabilidade de saber gerir o tempo de forma a que as coisas funcionem dentro de níveis aceitáveis.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves, que fez a seguinte intervenção:

“Em relação a esta questão a que se referiu há bocadinho o Sr. Presidente da Junta de Ervedal, não o querendo defender nem ele precisa disso, há só duas ideias que eu queria aqui deixar. O que me pareceu que quis dizer foi que, durante anos, o Sr. Presidente da Câmara nem sequer pela bancada dele era defendido. Ele tinha que se defender sozinho. Eu sei porque eu era um dos principais antagonistas dele. E, de facto, houve pessoas que nem sequer o defenderam. E, agora, estão aqui e bem, a marcar o seu papel. Portanto, foi isso que me pareceu que o Sr. Presidente da Junta de Ervedal teria referido. Isto não tem nada a ver com idades nem com juventude. Como sabem, há jovens que nascem velhos e há velhos que morrem jovens. Portanto, essa questão da idade é uma questão que não tem interesse nenhum.

Quanto ao que eu queria aqui dizer hoje: embora o Sr. Raúl já tenha feito uma referência, tinha tirado umas notas em relação à promoção do investimento em Oliveira do Hospital, com a entrega dos prémios aos concorrentes do concurso Empreender +, que decorreu no dia quatro de fevereiro nas instalações da BLC. Como disse na altura o Sr. Presidente da Câmara, assistimos ao nascimento de projetos empresariais, sendo de destacar os premiados mas não só, o que demonstra vontade de empreender, de inovar, de arriscar, de



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

investir e de fixar gente que acredita. Como sabem também, foram premiados três empresas: a Ecoelec, a Regional-Innovation e a Go-Star, além de outros concorrentes que concorreram a este prémio e que também merecem a nossa admiração. Isto demonstra também quanto era correta a criação da incubadora de empresas, assunto que nós reivindicávamos nesta Assembleia pelo menos de há dez anos para cá. Este processo surgiu no âmbito na iniciativa “Competências para o desenvolvimento”. Agora, é preciso que estas empresas se integrem na incubadora, criem sinergias para se fortalecerem e que se afirmem em Oliveira do Hospital. É verdade também que muitas ficaram pelo caminho. Mas, se houver esta criatividade, com inovação, o tecido empresarial atual, que está a morrer, pode muito bem vir a ser substituído. Como dizia também o Sr. Presidente da Câmara, isto é um incentivo que incentiva o aparecimento de novos projetos, criando condições para a fixação de novas empresas.

E eu lamento mas não estou de acordo com aqueles que já depreciaram aqui hoje a iniciativa de lançar pequenas obras distribuídas pelas freguesias para adjudicação direta às empresas de construção civil e obras públicas do concelho. Uma empreitada por empresa. Creio que a Câmara Municipal, com essa iniciativa, ajuda o concelho e ajuda os empresários.

Uma outra questão que eu queria aqui referir hoje tem a ver com o facto dos Srs. Deputados do PSD terem lamentado a “meia obra” deixada pelo anterior governo no que se refere aos IC’s. Eu tenho aqui referido muitas vezes esta questão mas vou, sinteticamente, referi-la de novo. Os dois lanços que estão construídos foram construídos pelo Governo do PS. Entre o primeiro e o segundo lanço, o Sr. Primeiro-Ministro da altura, Durão Barroso, prometeu ao Sr. Prof. Mário Alves que o segundo lanço avançaria muito rapidamente. Ele pode confirmar isso. Não avançou um centímetro. Foi o PS, no segundo mandato, que o fez. Portanto, foi com a construção destas estradas que o País se endividou, diz a oposição. Agora, os Deputados do PSD lamentam esta “meia obra” deixada por acabar. Portanto, parece que eles queriam que o País se endividasse mais. Nós devemos ser sérios e os Srs. Deputados não foram sérios. Os Srs. Deputados, nesta questão, não foram sérios. Se querem ser sérios, têm uma forma de o ser: façam o lanço que falta. Nós ficamos à espera para ver o que é que eles fazem nestes próximos anos. Estão no Governo, pelo que têm hipótese de o fazer.

Quanto à questão do Sr. Paulo Rocha, recuso-me a fazê-lo da forma como foi aqui feita porque faz-me lembrar – com todo o respeito que eu tenho pelos *on-line’s* – as discussões que lá se veem e nisso aí eu não entro.

Eu queria, muito rapidamente, referir aqui uma outra questão, dado que não haverá mais sessões da Assembleia Municipal até à Feira do Livro de Oliveira do Hospital. Eu meu nome pessoal, com o patrocínio da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital e do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, deixo desde já o convite para a apresentação do livro “A vila de Avô, os concelhos e a história de Portugal” que, em princípio, será na Feira do Livro de Oliveira do Hospital. Trata-se de uma obra – a meu ver – de extrema utilidade, que dará para compreender a história dos concelhos. Não se trata, obviamente, de literatura ou poesia, com todo o respeito que eu tenho por essa matérias, mas trata-se de uma obra científica e pedagógica. E, na parte que aqui nos interessa, é como história dos concelhos que deve ser vista, embora se trate também de uma monografia de Avô enquanto concelho que foi até mil oitocentos e cinquenta e cinco. É claro que a Câmara Municipal e a Editorial Moura Pinto não deixarão de vos enviar o convite mas eu deixo aqui o meu pedido pessoal para a vossa presença na apresentação desse livro, que revela bem a luta que os concelhos tiveram que



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

travar para firmarem a sua autonomia, numa altura como a que agora estamos a passar em que querem fazer desta reforma da administração autárquica “a régua e esquadro”, sem ouvirem as populações, como já hoje aqui foi referido.

Só para lembrar – no enfiamento daquilo que se referiu em relação à questão das freguesias – que, pelo menos desde as cortes de Santarém de mil trezentos e trinta e um, que os procuradores dos concelhos se queixam dos abusos dos corregedores que o Rei D. Afonso V enviou por todo o reino para corrigir os problemas com a aplicação da lei. Entenda-se: saber se a sua autoridade era imposta ou não através dos alcaides dos juízes representantes do rei. Daí para cá, nunca os concelhos e as freguesias deixaram de lutar pela sua autonomia e agora devem voltar a fazê-lo, como disse aqui o Sr. Presidente da Junta de Ervedal da Beira, sob pena de verem reduzidos os seus poderes. Devem fazê-lo também – isto é uma sensibilização que eu deixo – as freguesias que não estão em risco de cair porque, se o projeto fôr bem sucedido – como diz o Sr. Vice Primeiro-Ministro que as freguesias cairão a bem ou a mal –, outras freguesias cairão a seguir.

Por fim, uma referência muito breve a uma intervenção que eu ouvi do Sr. Professor Carlos Ferreira de Almeida, Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, no Dia do Consumidor, que é muito esclarecedora quanto à preocupação que nós hoje em dia temos e que tem a ver com a crise cuja causa radica no poder financeiro, que se sobrepôs aos poderes comerciais e industriais, por sua vez fruto do neoliberalismo dominante e imposto pelo Clube de Bilderberg e agora – sabe-se há poucos dias – pelas ideias do Banco Goldman Sachs. Toda a proteção dos povos e dos mais fracos, neste caso dos consumidores, começa hoje a estar em causa. E porquê? Porque o contributo para o bem-estar de que nós beneficiamos nos últimos trinta anos, as políticas públicas, vão deixar de proteger os mais fracos nas relações de consumo.

Isto como disse, foi uma intervenção de um professor universitário que me deixou preocupado e que penso que devo aqui trazer porque não é só nas relações de trabalho nem nas relações sociais e nas relações humanas. Mas vai ser também nas relações de consumo. Hoje defende-se já – diz ele – a responsabilidade social na saúde. Quem fuma, quem come o que não deve ou não pode, quem leva uma vida desregrada, se recorrer ao sistema de saúde, não vai dispôr dos mesmos direitos no acesso à saúde. Isto é uma descida para patamares muito baixos da igualdade, do desenvolvimento e do bem-estar que a sociedade tinha gerado. Exige-se o impossível. Exige-se, da parte do consumidor, o conhecimento generalizado de tudo o que nos possa prejudicar. Todos temos que ser médicos, advogados e por aí fora.

Nós temos, hoje, um quadro de proteção aos mais fracos, não só aos mais pobres, mas também aos que têm menos informação, quadro esse que nos protege dos grandes interesses e das cláusulas contratuais abusivas. Eu lembro-vos, por exemplo, a publicação da taxa efetiva dos bancos, a responsabilidade dos produtores pelos produtos no mercado, as práticas desleais nas empresas, a responsabilidade dos produtores pelos defeitos produzidos, o direito de reclamação com o livro de reclamação e tudo isso. Diz este Sr. Professor que tudo isto vai desaparecer. Tudo isto tem a ver com o nosso dia-a-dia e que o neoliberalismo dominante pode chegar ao ponto de retomar as bases materialmente desigualitárias do liberalismo clássico em que se fundaram, na primeira metade do século vinte. Isto implica que não só os pobres mas todos nós estejamos informados de todos os direitos, o que, como sabem, é impossível. Ninguém consegue saber tudo. Se não estivermos bem informados e formos



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

induzidos em erro pela publicidade, se contratualizarmos um empréstimo e formos enganados pelo banco, se adquirirmos um produto com defeito, se comermos no restaurante e a refeição estiver mal acondicionada e ficarmos doentes ou morrermos, a culpa dilui-se, a legislação passa a entender que a culpa é nossa. A culpa é de quem não está informado. Portanto, os pobres e nós devemos estar informados de todos os direitos, isto é, o Estado demite-se da sua responsabilidade de correção da desigualdade efetiva e deixa tudo à concorrência dos mercados. É isto que já está a acontecer no direito do consumo, como está a acontecer no direito do trabalho, na saúde. É contra tudo isto que nós temos que reagir.

Por fim, uma referência aos vinte e cinco anos da morte de José Afonso, o cantor da Revolução. Se todos nós o tivéssemos ouvido mais, talvez hoje o povo fosse “*quem mais ordena*” e talvez houvesse mais “*praças de gente madura*”.”

Intervieio, depois, o Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital, Sr. Nuno Oliveira:

“Antes de mais e em nome da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital, queria deixar um alerta e uma sugestão.

São assuntos que eu também já tive o cuidado de levar ao Executivo camarário. No último fim de semana mais dois acidentes aconteceram na mesma artéria e começa a tornar-se preocupante. Tem a ver com a estrada Catraia de São Paio / Oliveira do Hospital porque, em média, acontecem dois acidentes por mês, principalmente naquela zona dos Armazéns Monteiro e do Minipreço. E alguns têm tido feridos graves.

A sugestão tem a ver com o Café Central. Pelos vistos, vai haver muita polémica de dois em dois anos, a cada concurso que haja. E eu gostaria de deixar uma sugestão, também porque já a fiz pessoalmente: porque não tornar aquele Café Central para posto de turismo de Oliveira do Hospital? Penso que seria numa zona centralizada. E também, porque não, continuar uma cafetaria mas tornar-se naquele ponto de divulgação, quer do nosso artesanato, quer de produtos tradicionais, entre outros?

Continuando, em relação ao Presidente da Câmara ter tomado a opção de dar prioridade aos empresários do concelho em relação a determinadas prestações de serviços. Eu próprio, em tamanho pequeno, já numas Assembleias atrás, referi que a nossa própria decisão enquanto junta de freguesia: primeiro, os empresários da freguesia, a seguir os do concelho e só depois os outros. Mas tem havido uma preocupação nossa que é a seguinte: até hoje, em qualquer candidatura que fizemos para fora, temos sempre um orçamento base que nos é facultado pelos serviços técnicos da Câmara. Assim, já temos uma orientação por parte de serviços que eu considero competentes, também com o apoio do Gabinete de Apoio às Freguesias, que tem sido excelente.

Outra questão que eu queria referir era em relação ao múpis e às ilhas ecológicas: se calhar, fui a única pessoa que votou aqui contra – e já lá vai mais de um ano – aquando da renegociação do empréstimo dos cinco milhões de euros, em que o anterior Executivo só usufruiu de três milhões de euros. Este atual executivo foi obrigado a renegociar os restantes dois milhões de euros. Na altura, eu fui crítico aqui e não fui favorável porque esta renegociação envolveu, nada mais, nada menos, do que duzentos e cinquenta mil euros a mais por causa do *spread*, que era outro. Eu chamei a atenção: será que duzentos e cinquenta mil euros não é nada? Numa junta de freguesia era muito. E ninguém falou. Hoje em dia estão preocupados, quando o atual Executivo, com a sua equipa, teve a capacidade de ir buscar –



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ainda dentro da candidatura anterior – um apoio de oitenta por cento mas que ainda poderá aumentar para oitenta e cinco por cento para os múpis e para as ilhas ecológicas. E, estamos nós, agora, preocupados com questões de pormenor? Estes duzentos e cinquenta mil euros mais os dois milhões que não foram utilizados, hoje em dia tínhamos requalificadas a Avenida Dr. Carlos Campos, a Praceta Manuel Cid Teles, a rua atrás da António Garcia Ribeiro de Vasconcelos e tínhamos muito mais. E esses tais dois milhões de euros tinham sido aplicados na prática e não tínhamos estes duzentos e cinquenta mil euros. Acho que, às vezes, temos a memória curta. Isto é uma opinião minha e nada mais. E eu, felizmente, a memória ainda me vai dando para recuar um ano ou dois atrás.

Outro assunto que eu também aqui queria trazer era o seguinte, também direcionado aqui para a imprensa: a trinta de setembro, numa Assembleia, trouxe aqui um texto sobre o caso da ESTGOH e falei sobre as mais-valias, os prós, os contras, generalizei quer à sociedade, quer à própria instituição, quer aos empresários. E isto agora direciono ao Sr. Esteves como representante da bancada do PSD. O título que lhe dei era este: por uma ESTGOH com futuro, por uma ESTGOH ao serviço da sua região. E até comecei tipo poeta: *“Todos nós vimos um dia nascer uma filha. Todos nós vimo-la um dia crescer e afirmar-se. Mas, todos nós corremos o risco de a perder muito em breve.”* E, ao fim, culminava com o seguinte: *“Para terminar, quero lançar a todos os presentes e a partir daqui exteriorizar a todos os demais lá fora, um desafio: Não como autarca, não como presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital, mas como cidadão: Hoje mais do que nunca é importante darmos as mãos, darmos as mãos a toda a região envolvente, e criarmos um GRANDE MOVIMENTO CÍVICO REGIONAL DE DEFESA DO ENSINO SUPERIOR NO INTERIOR DE PORTUGAL. Sim, porque se começarem por abater a ESTGOH, enquanto escola politécnica descentralizada, a seguir irão, uma a uma, todas as escolas com a mesma tipologia e identidade – por isso é que alguns querem a urgente redefinição da rede de Ensino Superior Público. Porque razão objetiva?”* E eu, hoje, sinceramente congratulo-me com o facto de, pela primeira vez, a bancada do PSD trazer aqui o assunto ESTGOH. Sinceramente, falo do fundo do coração. O Movimento dos Independentes já cá trouxeram o assunto mas, até hoje, desta forma como hoje intervieram, eu não me lembro.

E mais: muito recentemente tivemos a visita – e ainda bem – de Deputados representantes na Assembleia da República do círculo do PSD. Mas, algo me espantou: li na comunicação social que eles estão solidários connosco. Mas estranhei uma coisa: visitaram a Igreja Moçárabe de Lourosa, visitaram o Centro Arqueológico da Bobadela mas não os vi visitar a ESTGOH. Tanta preocupação para a imprensa mas, na prática, porque é que não foram à ESTGOH? Se essa preocupação – ainda bem que é a mesma que a nossa -, nesse dia, nos os levaram ao nosso problema e não lhes fizeram ver o porque das nossas preocupações? Porquê? Tanto se vangloriaram que são vocês os coexistentes daquela Escola. Porquê? A única coisa que tivemos foi o Sr. Presidente da ESTGOH, na altura, deslocar-se a um almoço. E daí, deixo esta questão no ar.”

Terminadas as intervenções do período Antes da Ordem do Dia, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, para prestar as informações e os esclarecimentos solicitados:

“Para mim, é um prazer participar num debate destes, achando que, quando se fala na



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

democracia nesta casa, é realmente o sítio ideal para nós colocarmos a democracia, trazermos propostas concretas, de participação. É isso que eu entendo que a oposição deve fazer: criticar o que está mal e – se gostam do concelho como dizem – fazerem propostas que possam aplicar.

Depois, quero referir que nunca farei, aqui, nada em termos pessoais ou qualquer tentativa de afrontamento a quaisquer elementos desta Assembleia ou qualquer vereador da oposição. Isto tem que se ver pelo nível político. E hoje aconteceu aqui, aí numa determinada situação, que aquilo que se pôs foi o Presidente em termos pessoais, aquilo que eu nunca farei a ninguém.

Aqui é o sítio certo para debatermos mas também para o Presidente se defender de muitas atordoadas e de muitas calúnias que às vezes vão lançando, algumas pessoas que estão aqui presentes, que sabem que é mentira e que insistem na política, lá fora, da inverdade e da mentira. E esses, realmente, respeitá-los-ei mas não terei consideração por eles, porque também conheço alguns.

Em relação a coisas concretas, começaria por responder ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Lagares da Beira. Na nossa opinião, a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital deu tolerância de ponto porque temos o Carnaval de Lagares, que tem uma tradição muito grande, e porque achámos que devia haver participação no mesmo. A Câmara Municipal até tinha atribuído um subsídio no valor de seis mil euros. Proporcionámos isso porque também acreditamos que não é a trabalhar só no Carnaval que se resolvem os problemas do País. Mas as pessoas têm o direito de tomarem as suas opções e, dentro das competências do Presidente da Câmara, houve essa competência de decidi. Por acaso, estava à espera que, hoje, alguém levantasse essa questão mas falhou-me o diagnóstico.

Quanto ao projeto da Plataforma, é um projeto que eu já vi criticar, já vi quem acredita, mas é um projeto ainda muito criança e que vai demorar algum tempo. Mas digo que eu acredito muito que o futuro de Oliveira do Hospital passará por ali. E já está diferente, em relação aquilo que nós recebemos. Hoje já há um conjunto de instalações, as primeiras empresas. Vão instalar-se mais três. O Núcleo de Desenvolvimento da Beira Interior também passará a ter lá a sua sede. E há um conjunto de medidas que se vão tomar e que se vão trabalhando. Mas, o grande projeto é o da Biorefinaria TER. É um projeto que precisa de ter um projeto pioneiro em Oliveira do Hospital, para, depois, aquela candidatura a Bruxelas ser aprovada.

Em relação aos prémios do Empreender +, acho que a Câmara Municipal deve dar estímulos a estes jovens, criar-lhes condições pois é nossa obrigação. Alguém ficou escandalizado porque eu disse, há algum tempo, num encontro com o deputado Vieira da Silva, ex Ministro da Economia, que era preciso defender os postos de trabalho, aqueles que são os existentes. Não é por falta de ambição. Há quem ache que a Câmara Municipal, neste momento, devia comprar mais terrenos na Zona Industrial. E eu acho que não é o momento. Tenho convicções próprias e acho que não é o momento. Nós queremos as empresas e isto não é conformismo. Nós temos lutado. E corremos, com trezentos e oito municípios, atrás desse investimento. Mas, hoje, as condições são difíceis. E, desde que chegámos aqui, o que é que Oliveira do Hospital está a fazer? Lançámos o concurso dos novos lotes da Zona



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Industrial e há algumas empresas que querem. Vamos fazer um pavilhão com seiscentos metros quadrados, com o dinheiro do Município. Vai ser um com mil e oitocentos metros quadrados. Mas vai ser seiscentos para empresas, para termos jovens. Dizer-lhes assim: vocês têm aqui cinco anos para instalarem as vossas empresas. E terá um regulamento próprio. Não temos estado parados mas a trabalhar. Temos uma grande sensibilidade nesta área porque, hoje, uma das coisas que mais me preocupa e que mais me aflige, é, às quartas-feiras, receber muitos jovens desempregados.

Também falarei de um programa que foi aprovado por unanimidade na última reunião de Câmara e que se chama Programa de Ação de Dinamização da Economia Local, que terá o nome Ativar Oliveira do Hospital. Dar-vos-ei as linhas mestras dele para perceberem o que é que ele quer atingir. Este programa não é construído só pela equipa do Presidente da Câmara mas também por ideias recolhidas junto dos outros Srs. Vereadores. Isto é democracia. Parece-me que, neste jogo político, nem sempre serei o Homem ideal porque tenho uma visão muito própria e a minha visão, muitas vezes, afasta-se muito dos interesses partidários, para se concentrar muito no concelho. Esse é o meu compromisso e é isso que eu tenho feito. E tenho um grande respeito por todas as pessoas, independentemente das que criticam ou das que não criticam. E eu estou, realmente, é preocupado com os problemas do concelho.

Depois, queria referir-me às freguesias. Há pouco, o João Esteves fez uma intervenção que eu não percebi muito bem. Dizia mais ou menos isto: “*o que é que o Executivo e a Assembleia Municipal fizeram em termos de reforma da administração local?*”. Eu vou dizer-lhe o que é que fizemos: no Conselho Regional do Centro, onde estive o Sr. Secretário de Estado Paulo Júlio, fizemos um combate feroz à forma como estava organizado o Livro Verde. E vou dizer-vos que, quem secundou a posição do Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital não foram Presidentes da Câmara do PS mas Presidentes de Câmara do PSD. E isso deu-me a convicção de que eu não estava no caminho errado. E até o Presidente do Conselho Regional do Centro – formado por setenta e tal presidentes de câmara –, que é o Presidente da Câmara de Gouveia, disse o que eu já tinha dito e que foi: “*eu não quero sofrer por antecipação*”. E porque é que não querem sofrer por antecipação? Ele disse ao Sr. Secretário de Estado: “*eu estou de acordo com o Presidente da Câmara de Oliveira do Hospital por uma razão simples: andam aqui com estas coisas e ninguém sabe o que é que vai*”. E, das propostas que eu lá fiz, o Sr. Secretário de Estado já aproveitou algumas. O que é que adiantava esta Assembleia Municipal discutir o Livro Verde? Porque o Livro Verde, agora, já não existe. Já não é Livro Verde. Agora é um decreto completamente diferente do Livro Verde, tirando os níveis.

E há outra coisa que o deputado João Esteves se esqueceu. Não sei qual foi a sua posição em relação a uma moção que foi aqui aprovada. Mas eu acho que esta Assembleia aprovou aqui uma moção, por uma grande maioria, contra a extinção das freguesias. E eu, como um Homem democrático, devo respeitar as recomendações da Assembleia. Então, eu tinha que agendar? É que, no Livro Verde, acabavam umas onze freguesias. O Sr. João Esteves agora disse que acabam quarenta por cento das freguesias. Isto não é verdade. Os deputados que lhe deram esta informação, colocaram-na mal. O que o Sr. Secretário de Estado disse para catorze presidentes de câmara, na última terça-feira, foi que são vinte e cinco por cento das freguesias. E são cinquenta por cento daquelas que são consideradas



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

urbanas contíguas, com mais de dois mil eleitores. É uma coisa completamente diferente. Isto altera o quadro das nossas juntas de freguesia. E o que é que diz a lei, que pode ainda vir a ser alterada? Vinte e cinco por cento, menos uma que saiem as urbanas, dá cinco freguesias para extinguir. E eles querem que a Assembleia Municipal faça uma proposta com quais são as cinco a extinguir. Mas, se a Assembleia não aprovar nada, a lei diz que há uma comissão técnica, que vai dizer quais são as cinco. Mas, depois, essas cinco ainda vêm à Assembleia para serem ratificadas. É um percurso que ainda não sabemos muito bem como vai ser. Também diz a lei que a proposta pode ser do Executivo ou pode ser da Assembleia Municipal. Se os Srs., aqui, decidirem que devemos discutir a extinção e quais são as freguesias que vamos extinguir, não é um problema meu mas da Assembleia. Se o Presidente da Assembleia achar que deve convocar uma reunião para propôr isso, da minha parte, que proponha.

Mas, o que eu gostava de ter ouvido ao Sr. João Esteves era, no final, uma coisa simples: dizer se é favor ou contra a extinção das freguesias do seu concelho. Eu participei em algumas reuniões e estão aqui pessoas que sabem que eu participei em algumas reuniões. Há uma convicção que eu tenho que não é por causa daquilo que se paga às juntas de freguesia. E, como dizia muito bem um Presidente de Junta de Freguesia eleito pelo PSD, que está aqui, o Fernando Duarte, que não queria ser o “coveiro” da freguesia dele. Nenhum presidente de junta quer ser o “coveiro” da sua freguesia.

Numa reunião que houve no Ervedal da Beira, na qual participei, sobre a tomada de posição em relação à extinção da freguesia, houve alguém que, já depois de eu ter saído, disse que o Ervedal já se devia estar a preparar e a negociar para ficar com Vila Franca. Quando me contaram, eu disse: *“mas porquê? Quem criou a Junta de Freguesia de Vila Franca foi um Governo do PSD e passou aqui numa Assembleia do PSD. E, se alguém tiver que a “matar”, também vai ser um Governo do PSD e não vai ser um Governo do PS.”* Nós percebemos que os deputados do PSD têm aqui um problema. Porque o Srs. Presidentes de Junta do PSD não concordam com a extinção das suas freguesias.

Outro tema que eu não gostaria de expôr aqui muito na praça pública é o da ESTGOH. Não sei se foi o Rui Abrantes, mas alguém propôs que houvesse a possibilidade de haver uma comissão. Eu tive uma reunião com a Dra. Sandra Fidalgo, Presidente da Comissão Concelhia do PSD. Também fiz uma reunião com a Dra. Maria José Falcão de Brito. E ficou combinado que elas me acompanhariam, se houvesse uma reunião com o Sr. Secretário de Estado. Por mim, também quero dizer ao Sr. Presidente da Assembleia que, se achar que deve propor uma comissão para me acompanhar quando fôr preciso, eu estou disponível para que essa comissão seja criada e para trabalhar em parceria com o Executivo em permanência. Em relação à Escola, não me vou pronunciar absolutamente mais nada sobre isto porque acho que a Escola não deve estar, neste momento, no centro nem nos jornais. E essa mediatização política tem prejudicado a Escola. Neste momento, devíamos ter todos consciência de que é importante não falar da Escola enquanto se faz o “trabalho de casa”.

Mas há mais uma coisa: os Srs. deputados do PSD que estiveram cá, e bem, disseram uma coisa que é verdade e que eu registo. Disseram que o Governo não deixou fechar a Escola. Não há nada mais de acordo. Mas espero que, se um dia a Escola fechar – não é por



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

falta de empenho do Presidente da Câmara – mas que esses deputados, depois, que assumam que foi o Governo que fechou a Escola.

Sobre o protocolo com a Câmara de Seia, não sei que protocolo é, por uma razão simples. Porque as Águas do Zêzere e Côa não têm nenhuma ETAR de tratamento de efluentes das queijarias. Por isso, não é nesta área, de certeza.

E passaria agora à intervenção do Sr. Rui Abrantes. Já falei sobre a democracia nesta casa. Esta é a casa da essência, da discussão, em termos democráticos. Mas eu acho que a discussão também deve ser feita com verdade. A intervenção do Sr. Rui Abrantes em relação ao Dr. Paulo Rocha foi longe demais, sobretudo porque não tem um conjunto de verdades, para não lhes chamar outro nome. O deputado Rui Abrantes não leu em lado nenhum que eu disse que era incapaz de controlar as contas da Câmara Municipal ou a parte financeira. E desafio-o a que traga o jornal.

Mas, quero dizer ao Deputado Rui Abrantes que não fui contratado para ser contabilista da Câmara Municipal. Já alguma vez alguém me disse que eu podia conduzir e eu respondi que não fui contratado para ser motorista. E eu, hoje, digo-lhe: não fui contratado para ser contabilista. E o Dr. Paulo Rocha não veio fazer parte desta equipa para ser contabilista. O Sr. começou com elogios e, na parte final, passou a fazer alguma desconsideração.

Se quiser que eu leia o que vem nos jornais e as minhas justificações, o Sr. diz que eu assumi que era incapaz mas o Sr. não leu isso em lado nenhum. O Sr. deduziu isso pela sua cabeça. É mentira que eu afirmei isso. Eu leio o que veio no jornal: *“a deliberação surgiu na sequência de uma proposta apresentada pelo presidente da Câmara Municipal, que a fundamentou com base na premência de “um controlo rigoroso dos custos efetuados pela autarquia, no sentido de poder tomar as decisões que se venham a revelar mais adequadas à sua contenção, opção que se torna ainda mais premente num contexto generalizado de crise económica e financeira e da conseqüente redução de receitas na autarquia”; e na necessidade de poder contar com “uma pessoa detentora de formação na área financeira e que, em articulação com o Presidente da Câmara, se dedique em exclusivo a essa missão, tendo, simultaneamente, conhecimento integral do funcionamento da organização.”*

Mas deixe-me dizer outra coisa que é importante porque o Sr. também baralhou aí outra coisa. Disse que o Dr. Paulo Rocha ia ficar barato porque havia aí uma empresa para fazer uma assessoria à Contabilidade. Não foi nada disso. Vamos falar verdade. O que eu disse foi o seguinte: *“a urgência na revisão de diversos regulamentos municipais, que carecem de uma atualização para a realidade que vivemos e para a que se antevê para o futuro”*. E sabe porquê? Eu tinha um contrato de uma empresa chamada *Smartvision*, que foi a empresa que nos organizou o Balcão Único. Sabem quanto nos pediram para fazer a revisão dos Regulamentos? Pediram cinquenta e três mil euros mais IVA. E um desafio que eu fiz ao Dr. Paulo Rocha era que ele fosse capaz de agarrar e de fazer este trabalho, como coordenador de uma equipa e com as assessorias jurídicas que nós já temos.

Por isso, vou dizer que estranhei que utilizasse algumas expressões que realmente não são minhas, até porque não o tenho nessa conta.



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

E não poderia contratar ninguém porque a lei que impõe o Orçamento é clara. A Câmara Municipal de Oliveira do Hospital vai ter que reduzir, até setembro, um por cento dos seus trabalhadores. Mas, sabe porque é que vai reduzir só um por cento? Porque, desde que eu entrei, reduzi o pessoal em mais de dez por cento. Por isso, é que só tenho que reduzir mais um por cento. Quem reduziu menos de dez por cento, vai reduzir dois por cento. E quem manteve ou aumentou, vai reduzir três por cento.

Mas vem aí uma lei, que é a Lei do Compromisso. Vai haver modificações substanciais e há muitas câmaras que, a partir do momento que saia aquele decreto, não vão fazer absolutamente nada. Tem que ser feito um planeamento financeiro a três meses e as autarquias não podem assumir nada que não tenha receitas durante esses três meses. Quer a minha opinião? Concordo e acho uma boa medida para endireitar algumas câmaras municipais que também ajudaram a pôr o País como está e que estão falidas.

Eu até venho do Crédito Agrícola, em que lidava com verbas muito maiores que o orçamento municipal.

Mas pode ficar descansado porque eu sei que o Sr. tem confiança no Sr. Vereador, no Dr. Paulo Rocha. Pode ficar descansado porque, neste momento, ele está a fazer um trabalho nas grandes áreas financeiras, para continuarmos a desenvolver o nosso concelho.

Mas há outra coisa que, às vezes, me faz confusão: vejo alguns escribas que se preocuparam com aquilo que o Dr. Paulo Rocha poderia ganhar nestes dois anos. E passaram cá alguns escribas que ganharam muito mais, e que qualquer dia tornarei público quanto é que receberam, porque nunca percebi qual foi o trabalho que faziam em prol do Município.

E não podemos dizer que a oposição não tem colaborado porque, quando é preciso, tem colaborado. Tem os seus pontos de vista pois não vem cá para dizer sim a tudo. Mas é verdade que hoje há uma maioria. Mas há aqui um compromisso que eu fiz numa reunião pública, com os Srs. Vereadores e com toda a gente. Eu disse que serei na mesma o Homem que procurará consensos entre os Srs. Vereadores.

Por exemplo, neste momento, está a haver uma tentativa de consenso com os Srs. Vereadores por causa da Avenida Dr. Carlos Campos. E a isto chama-se democracia porque, neste momento, eu até tinha condições de aprovar a nossa ideia. Mas ainda vai haver uma nova reunião porque o arquiteto fez uma nova proposta. E havemos de encontrar, entre nós, uma solução porque é assim que funciona a democracia.

No que respeita à questão das rotundas, admito alguns problemas. E há aí uma rotunda que me aborrece particularmente e que é a do Prof. Manuel Serra. Mas encomendámos um projeto para fazermos uma modificação. E sabe o que é que eu também fiz? Chamei a viúva do Prof. Manuel Serra, a Prof<sup>a</sup> Teresa Serra, para ver o projeto e dizer se achava que estava com dignidade. E também levei o projeto a reunião de Câmara para mostrar aos Srs. Vereadores.

Sobre os múpis, queria dizer que houve um problema de iluminação com a EDP pois ligou uns e outros não. Eu sempre ouvi dizer que o bom é inimigo do ótimo. Eu acho que, realmente, eles não estão perfeitos. E, quando passamos em Lisboa e vemos aqueles monstruosos... Mas lembram-se como eles estavam antes? Eram umas coisas ferrugentas, em



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que punham cartazes em cima de cartazes. E hoje está lá uma coisa que é, de longe, muito melhor do que o que tínhamos.

Mas há uma coisa que eu nunca fiz, como princípio. E têm que me fazer alguma justiça. Nunca agarrei muito casos do passado para os referir aqui. Não é essa a minha maneira de ser. O que nos interessa é o presente e o futuro. No passado, houve coisas que se fizeram bem e outras que se fizeram mal. E, quando eu sair daqui, há de haver coisas que eu fiz bem e outras que eu fiz mal porque ninguém é perfeito.

Em relação às ilhas ecológicas, pode ser discutível se uma ou outra não ficariam melhor noutro sítio. Admito isso perfeitamente. Mas é verdade que temos a cidade melhor.

Há pouco tempo, estive numa reunião com o Sr. Secretário de Estado dos Transportes e com os Srs. Presidentes das Câmaras de Seia e de Gouveia, formando um lóbi político de pressão. O Sr. Secretário de Estado disse-nos que talvez em dois mil e catorze haja uma janela de oportunidades. Explicou que vai fazer mais uns estudos e que, depois, se verá. Há uma coisa que eu acho mal: não há dinheiro para o IC 6 mas o Metro Mondego custa muito mais dinheiro. Nisso é que eu acho que o Governo devia ter mais coerência.

E há outra coisa que não é verdade: eu escrevi nos meus *outdoors* que o IC é uma prioridade e, quando dão entrevistas nos jornais, dizem que eu escrevi que, para mim, o IC 6 era uma realidade. Como é que podia ser uma realidade se eu não sou governante? E, para mim, o IC 6 continua a ser uma prioridade.

E também há aqui uma coisa que é injusta em relação ao Governo socialista. Sabem que, para se fazerem estradas, é preciso fazer estudos de impacto ambiental. Sabem quando é que o estudo de impacto ambiental foi concluído? Foi na altura em que o Governo do PSD clamou que se deviam acabar com as autoestradas. Como se isto fosse uma autoestrada... eu não sei se iria ser feito ou não porque, entretanto, o Governo cai.

Mas também é preciso dizer que não há nenhum Governo que pegue naquilo e faça o IC num ano. Porque o que está feito é um traçado de quatrocentos metros e, depois, é preciso fazer um projeto definitivo por onde ele passa. Porque há um projeto que é entre quatrocentos metros e que, assim, pode passar mais aqui ou mais ali.

Além disso, o estudo de impacto ambiental só é válido por um ano e foi preciso renová-lo. E, se caducar, volta tudo ao princípio. E, assim, não é em dois mil e catorze mas aí em dois mil e vinte. É preciso ter-se consciência disso.

Ao Sr. Eng<sup>o</sup> Rafael, quero dizer que não há aqui nenhuma falta de coerência. O meu projeto político aproximava-se muito mais do projeto político do Prof. José Carlos Mendes do que do projeto político do Prof. Mário Alves. Se o Sr. acha que isto não é coerência, o que lhe estou a dizer... E eu, na altura, convidei o Prof. José Carlos para esta maioria. E o Prof. José Carlos achou que não devia aceitar, que devia fazer o seu percurso. E isto não tem absolutamente nada de criticável pois ele tinha esse direito e essa opção, de que não devíamos fazer essa maioria. Isto chama-se verdade e coerência.

Mas há uma coisa que eu também lhe digo: eu não culpo o Dr. Paulo Rocha de tudo o que aconteceu no outro Executivo. O líder da equipa era o Prof. Mário Alves. E o Dr. Paulo



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Rocha fazia parte da sua equipa. E, concerteza que também fez coisas boas e coisas más. Mas quero dizer-lhe, sem dúvidas e sem política, que reconheço ao Dr. Paulo Rocha competência para desenvolver as áreas em que está. E tenho muita esperança que ele me ajude, com a equipa toda, a governar melhor o concelho porque, neste momento, nós não temos os mesmos meios financeiros que tiveram os outros Executivos no passado.

Sobre a fibra ótica de alta velocidade, houve um projeto que abrangeu Arganil, Pampilhosa da Serra e Penacova, baseado num conjunto de regras que tinham a ver com a população. Já reclamámos, junto da PT, para resolver o problema de Oliveira do Hospital porque outros concelhos que não têm a nossa dimensão já possuem fibra ótica de alta velocidade.

Nós estamos a pensar fazer um grande investimento em termos de fibra ótica para termos os serviços daqui ligados à Biblioteca, ao Mercado, ao Pavilhão, ao Estaleiro, para tudo ser mais rápido e termos mais modernização. E já temos orçamentos para isto. Mas é preciso que chegue cá em alta velocidade.

Sobre a sede dos escuteiros de São Paio de Gramaços, realmente é um processo que se tem atrasado algum tempo. Nós achamos que os escuteiros, até pelo seu número, devem ter um local e temos andado à procura, com eles. A Sra. Vereadora já fez visitas a alguns locais pertencentes a este Município, onde foi demonstrado que havia falta de espaços. Foi também manifestado pelo Presidente dos escuteiros que a vontade era adquirir uma sede própria, chegando a colocar-se a hipótese dela surgir no terreno do antigo matadouro. No entanto, e por razões que nos parecem óbvias, é preciso encontrar uma solução para que sejam apresentados ao Executivo um ou dois espaços. É verdade que é uma situação que se tem arrastado mas não me parece que a culpa tenha sido só da parte do Município. Mas é claro que devemos ajudar a encontrar uma solução. Eu próprio defendo uma coisa: tem todo o sentido que os escuteiros fiquem no Parque do Mandanelho porque podemos aproveitá-los para fazerem a limpeza e ajudarem na manutenção do Parque. Porque identifica-se com a natureza e com os objetivos dos próprios escuteiros. Acho que devemos encontrar uma solução a curto prazo.

Acho que há uma coisa que deu aqui uma ideia boa e que é, em relação à ARCIAL, lançarmos um concurso de ideias. Isto não é novo para mim porque, quando eu estava no Crédito Agrícola, e o Sr. Carlos Mendes também, foi lançado um concurso de ideias para as novas instalações. Depois, reunimos os órgãos todos e houve uma votação. Por isso, acho que é uma boa ideia. Mas há algo que eu quero referir que é a questão do financiamento.

As prioridades do QREN, agora, são os centros escolares e a regeneração urbana para quem não a teve. Oliveira do Hospital já teve projetos de regeneração urbana. Mas não desisti. Estou a discutir a Avenida Dr. Carlos Campos porque consegui que o Município entrasse como primeiro suplente. Eu acredito que vai sobrar dinheiro proveniente dos municípios que, por razões financeiras, não vão conseguir levar por diante os seus projetos e eu consegui pô-los na primeira fila. Preciso é de, rapidamente, adjudicar a Avenida Dr. Carlos Campos, o Mercado e a Central de Camionagem pois, se “colar” estes dois últimos projetos à regeneração urbana, à Avenida Dr. Carlos Campos, já vou buscar financiamento para tudo.

Sobre as recuperações de imóveis, queria informar que a Câmara Municipal já



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

adquiriu alguns imóveis e vai adquirir mais alguns. Acabámos de comprar uns nas Seixas, no centro. E vamos entregar aos nossos gabinetes essa recuperação. Temos outra casa, adquirida na Bobadela, que vai ter um projeto diferente devido à questão arqueológica. Mas estou a desafiar diferentes gabinetes, dentro do concelho, para distribuímos trabalho por eles, nesta fase.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ervedal falou nas extensões de saúde de Avô e de Ervedal. Eu quero crer que as pessoas são capazes de honrar os compromissos que assinaram aqui, numa cerimónia. Até porque, para estas extensões de saúde, nós dissemos que queríamos a comparticipação do Quadro Comunitário de Apoio pois o Ministério da Saúde também já não tinha dinheiro. E, até agora, também estamos a aguardar uma reunião com as Juntas de Freguesia de Avô, de Ervedal e comigo. Eu já tive uma reunião com o novo Administrador Regional de Saúde mas eu também acho que está na hora de marcarmos posição.

Em relação ao P.D.M., processo muito moroso, já foi aprovado em reunião de Câmara. Já vamos na sexta reunião da Comissão Técnica de Acompanhamento e, nesta última, o representante da Direção Regional de Agricultura colocou um monte de problemas. Isto é uma novela quase que sem fim.

Quanto às questões colocadas pelo Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital: no que respeita à estrada Oliveira do Hospital / Catraia de São Paio, realmente é preciso fazer-se alguma coisa. Já se fez alguma coisa mas é preciso fazer mais. Uma das coisas que se fez foi o seguinte: havia alguns cortes na via, para o lado esquerdo, a subir. Nunca percebi que, numa faixa de aceleração, haja possibilidade de cortes à esquerda. Nós achámos que, por uma questão de segurança, não devia haver cortes à esquerda. E houve algumas pessoas que foram lá e fizeram traços por cima, não sabendo o que arriscam. Eu fiz queixa à G.N.R. e já está no Ministério Público. No dia em que houver um acidente, se descobrirem quem pintou a estrada, essa pessoa vai ser responsabilizada pelo acidente e não a Câmara Municipal. Já mandei outra vez tapar o corte na estrada, até para essas pessoas que praticaram os atos amanhã não tenham um dissabor.

No que respeita ao Café Central, não gostaria de colocar o assunto hoje na agenda. O concurso decorreu, foi à última reunião de Câmara. Houve reclamação mas não há irregularidades. Como eu disse, não quero falar deste assunto, do qual já se falou até demais. Mas quero dizer o seguinte: não peçam ao Presidente da Câmara para beneficiar ninguém mas também não podem pedir para prejudicar alguém.”

Terminada a intervenção do Sr. Presidente da Câmara, o Sr. Rui Abrantes pediu a palavra para os seguintes esclarecimentos:

“Em relação à ESTGOH e à vinda dos Srs. Deputados da Assembleia da República, eleitos pelo Círculo de Coimbra nas listas do PSD, queria dizer que não se deslocaram à ESTGOH exatamente porque nós achamos o mesmo que o Sr. Presidente da Câmara. Porque foi aqui combinado, há duas Assembleias atrás, que iríamos todos falar a uma só voz, na voz do Sr. Presidente. E nós ainda estamos à espera que ele nos ouça, para, depois, ser ele a única voz. E não iríamos lá levar os Srs. Deputados em virtude disso, tanto mais que eles já visitaram as instalações. E por mais do que uma vez. Este é o primeiro esclarecimento acerca



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da ESTGOH.

No que respeita aos IC's, eu só quero ler o seguinte: *“Quanto a problemas ou a pontos menos fortes do concelho: as acessibilidades. Quanto às acessibilidades, por coincidência ou não, nós tivemos este problema relativamente resolvido muito recentemente e temos que nos congratular com o lançamento de toda a concessão do Pinhal Interior, presidida pelo Sr. Primeiro-Ministro em Coimbra e que foi considerada a maior revolução rodoviária desde a monarquia.*

*É preciso lembrar que, em dois mil e cinco, Coimbra era o segundo mais baixo distrito com cobertura rodoviária e a mesma coisa em relação ao Plano Rodoviário. Hoje temos a Estrada Nacional 342, que estará concluída em 2012, tendo-se procedido à abertura de concurso público internacional para a sua beneficiação. Temos o IC 3: ligação em autoestrada entre Coimbra e Tomar. Sobre estas ligações, não se diga que são virtuais porque o Dr. Pereira Alves, penso eu, não é uma pessoa que se deixa iludir. São vias importantes porque ligarão Lousã, Góis, Arganil e Coimbra a Tomar. Foi o Dr. Pereira Alves que acrescentou. Por insistência de Tábua e Arganil terão acesso direto ao IC 7. Acho que é uma vitória do concelho de Arganil. São, de facto, obras relevantes, altamente relevantes. Disse-o o Sr. Presidente da Câmara de Arganil. Temos o IC 6: a adjudicação da execução, como sabem, está feita. São vinte quilómetros, a começar já em Julho. Quanto ao restante IC 6, IC 7 e IC 37, ou seja, toda a zona envolvente à Serra da Estrela, foi adjudicado o estudo prévio, com começo de execução no próximo ano.*

*Podíamos continuar mas eu refiro aqui só mais duas: a Estrada Nacional 337, que já está em execução, que também nos vai dar muito jeito, pois é uma variante a Tábua, uma nova estrada do Rio Mondego à Catreia dos Seixos Alvos e Poço do Gato, que, para quem vai para o norte, vai servir muito bem.*

*Mas temos o novo IP 3 ou IC 12, que é a autoestrada entre a Mealhada e Viseu, que vai descongestionar o atual IP 3. Portanto, eu diria que está quebrado o isolamento. A região não foi esquecida, como muitas vezes se disse aqui, e acabou a discussão de quem era a culpa do distrito de Coimbra ser o segundo mais atrasado em termos de cobertura. E é também a prova que os políticos não são todos iguais.*

*Não preciso de lembrar aqui uma promessa feita em dois mil e três pelo então Primeiro-Ministro ao Sr. Presidente da Câmara e que não foi cumprida. O Sr. Presidente da Câmara não tem culpa. A promessa foi do Sr. Primeiro-Ministro e não do Sr. Presidente da Câmara. Isto prova também que o Sr. Secretário das Obras Públicas, Dr. Paulo Campos, merece todos os encómios que lhe possamos fazer, embora isto possa fazer algumas pessoas reagir porque, para algumas pessoas, os homens não são todos iguais. Há alguns que são mais iguais do que outros, sobretudo se forem da mesma côr. Eu já dei aqui provas, em determinadas circunstâncias, que adoto facilmente opiniões da oposição, desde que elas sejam corretas.*

*Alguns diziam que eram estradas virtuais, agora dizem que seria melhor o comboio. Eu penso que é um oportunismo, desacredita alguns políticos, mas não vamos perder muito tempo com isso... Agora, falta que, do outro lado, nos venham dizer que devemos abdicar destas acessibilidades em favor de políticas sociais, como referiu a oposição no último congresso.”*



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Isto foi dito pelo Dr. Rodrigues Gonçalves em junho de dois mil e oito. Em relação aos IC's, estamos conversados."

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou, então, a palavra:

"Isto nada teve a ver com a intervenção do Sr. Presidente da Câmara. Como digo, temos que começar a ter alguma disciplina nestas coisas porque, de facto, eu não quero lhes quero cortar a palavra, especialmente porque vocês não têm tido muitas intervenções. Mas temos que, minimamente, nos integrar no Regimento porque, senão, daqui a pouco ninguém se entende.

Como o Sr. sabe, é discutível se se deve dar a palavra. E a palavra é para – e eu tenho entendido assim – se a pessoa não ficou convenientemente esclarecida, acabar de retirar alguma dúvida.

O que o Sr. fez não foi sobre nada do que falou antes mas sim uma situação nova. Porque, quanto aos IC's – vamos ser todos sérios – se o PSD quer fazer os IC's não os fazem porquê? A Câmara não quer, é? Se está toda a gente cheia de vontade, vamos à obra. Não estou a ver qual é o problema. Agora, anda-se aqui a jogar e toda a gente sabe que o PSD pôs, como limitação no Orçamento, que não aprovava essas obras. Toda a gente sabe porque é que os IC's não foram feitos. Para é que estamos aqui com demagogia?"

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Vereador José Francisco Rolo:

"A questão não é polemizar nem é para andar agora aqui a atirar culpas para um lado e para o outro.

A construção dos itinerários complementares 6 e 7 une-nos a todos como propósito e objetivo do concelho de Oliveira do Hospital e da região ou não? Unem. Respondo assim, por interpretação dos vossos olhares. É um facto ou não que dois terços do IC 6 estão construídos? É um facto ou não que o primeiro troço do IC 6, que está construído, foi lançado quando era Primeiro-Ministro o Eng<sup>o</sup> António Guterres e Secretário de Estado o Luís Parreirão? É um facto. O segundo troço que está construído, onde ele está – fui eu que usei a expressão pela primeira vez, que o IC 6 está parado no meio do pinhal – foi lançado e executado no tempo do Governo do Eng<sup>o</sup> Sócrates e era Secretário de Estado o Paulo Campos. É verdade ou não que, em dois mil e dez, no momento da apreciação da proposta de Orçamento de Estado para dois mil e onze, o PSD propôs, para se abster na aprovação do Orçamento, a suspensão da concessão rodoviária da Serra da Estrela, onde estava integrada a conclusão do IC 6 até Seia e o arranque do IC 7 até à A25? É verdade. Está nos autos. Está na comunicação social. Está nas declarações de voto da Assembleia da República. O PSD, os Deputados, assumiram a abstenção no Orçamento de Estado para dois mil e onze a partir do princípio da suspensão da concessão rodoviária da Serra da Estrela. A obra estava lançada, o estudo de avaliação de impacto ambiental. E ia ser lançado o projeto de execução. Estes são os factos.

Para terminar, digo: há dois terços do IC 6 construídos. Estão feitos pelos Governos que estiveram para trás. Neste momento, está um novo Governo. Deixo aqui o desafio e aplaudirei eu, todos vós, o concelho e a região, o terço do IC 6 que falta construir, seja este ou o próximo Governo a construí-lo. Espero que seja este. Estes são os factos. Isso, Rui, é andar



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a atirar responsabilidades. A responsabilidade, agora, como muitas vezes cobraste aqui no passado, está do lado da bancada do PSD e do Governo do PSD.”

Seguidamente, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia chamou a atenção para o facto de já ter sido ultrapassado, em muito, o tempo regimentar para o período antes da Ordem do Dia, motivo pelo qual não deu a palavra a mais nenhum membro da Assembleia Municipal.

Entrou-se, depois, no Ponto I da Ordem do Dia – Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município, tendo sido pedida a palavra pelo Sr. Engº José Vasco Campos para fazer a seguinte intervenção:

“Eu vou trazer aqui alguns assuntos que, provavelmente, estariam antes da Ordem do Dia mas que apresentarei agora, brevemente.

São assuntos que me preocupam e que gostava de trazer aqui, à Assembleia. Não questionando a validade superior de todos os assuntos que hoje já foram aqui tratados, estes que eu aqui trago, também na minha opinião, têm todo o interesse para a atualidade e para o futuro deste concelho.

O primeiro que eu queria chamar a atenção da Câmara é o seguinte: com a doença do nemátodo da madeira do pinheiro, que está, infelizmente, a alastrar por toda a região e quase por todo o País, está a haver uma tendência para a eucaliptização das florestas. E para a plantação de eucaliptos ilegais. E também para as surribas, a remoção de terra e a construção de terraços ilegais. E eu queria chamar a atenção da Câmara para essa questão porque, o que pode vir a acontecer, e principalmente nas zonas de vale, que é onde mais me preocupa – no vale do Alva, no vale do Alvôco, no vale do Seia, no vale do Mondego – é que a paisagem se transforme drasticamente e se comprometa aquilo que todos nós queremos e que é a promoção do turismo na região. Eu tenho conhecimento de várias intervenções ilegais. Algumas delas já estão entregues ao Serviço de Proteção da Natureza da G.N.R., nomeadamente na freguesia de Lourosa, na freguesia de Aldeia das Dez e, recentemente, também na freguesia de Alvôco das Várzeas. É preciso que, não só a Câmara mas os Srs. Presidentes das Juntas, saibam que grande parte destas intervenções são ilegais, que devem ser combatidas e que os proprietários devem ser, de alguma forma, alertados para não as fazerem porque estão a degradar aquilo que eu acho que nós temos de melhor, que é a paisagem, para além das questões relacionadas com o excesso de eucaliptos e as questões da biodiversidade.

Como segundo ponto, é a questão da TDT. Gostava de perguntar ao Sr. Presidente da Câmara qual é o ponto de situação. Soube recentemente que, na vila da Pampilhosa da Serra, vai ser colocado um retransmissor só para a Pampilhosa. Gostava de saber se houve alguma evolução, se essa situação se equaciona para algumas das nossas freguesias, porque é um assunto que ainda não está resolvido.

O terceiro ponto tem a ver com uma coisa que a mim me incomoda, pela falta de civismo das pessoas. E compete à Câmara, Sr. Presidente da Câmara, alertar para que quem organiza esses passeios faça o que deve. Organizam-se vários passeios todo-o-terreno pela região, colocam-se uns plásticos pendurados nas árvores, profundamente inestéticos, que as pessoas teimam, na maior parte dos casos, em deixar lá pendurados depois dos passeios



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

acabarem. É uma questão de civismo. Temos que mostrar aos turistas que nos visitam, às pessoas que aqui vêm, que nesta terra há gente com civismo. Os plásticos que põem, não é a melhor solução mas, partindo do princípio que se põem, também se devem tirar, no fim dos tais passeios. E alertava a Câmara para que isso viesse a acontecer.

Outro ponto que também gostava de falar era a questão da reorganização das freguesias. Eu confesso que não estou muito incomodado com essa questão. É a minha opinião. Não estou muito incomodado com essa questão. Estou muito mais incomodado – e já o aqui disse na anterior Assembleia – com a desertificação das nossas freguesias, que é diária. É brutal o que aconteceu nos últimos dez anos em muitas das aldeias deste concelho. A diminuição da população é brutal e essa é que deve ser a nossa preocupação intrínseca. E fazer tudo para combater essa desertificação.

Eu quero dizer-lhes, já agora, que nesta semana estive numa reunião da ADIBER, onde vai ser lançado mais um concurso do Eixo 3 do PRODER, para a implementação da Estratégia de Desenvolvimento Local. A ADIBER teve uma *performance* excelente – já dei os parabéns ao seu Presidente, Dr. Miguel Ventura – porque conseguiu ir buscar mais dinheiro, na ordem dos dois milhões de euros, através da reserva de eficiência. São mais dois milhões de euros que vêm para os nossos concelhos, para que as nossas freguesias, os nossos promotores – públicos ou privados – possam investir nas freguesias. Portanto, também queria deixar aqui esse alerta, principalmente aos Srs. Presidentes de Junta, como mais próximos das populações, para que divulgassem, embora a ADIBER também vá fazer essa divulgação.

Outro assunto que também aqui queria trazer era que, recentemente, um estudo de uma equipa de investigadores da Universidade de Aveiro chegou à conclusão que só o tratamento terciário das águas residuais é que elimina bactérias multirresistentes, nomeadamente aos antibióticos. Só o tratamento terciário. Ou seja, a luta que alguns cidadãos deste concelho, dos quais eu fiz parte, para que a E.T.A.R. de Alvôco e até a de Vide – que, pessoalmente, ainda me preocupa mais – tivessem tratamento terciário, mais uma vez aqui se comprova que foi uma luta muito importante. Portanto, espero mesmo que elas venham a ter tratamento terciário. Este estudo está publicado e, de facto, comprova que só o tratamento terciário é que elimina essas bactérias.

Por último, gostava de deixar aqui uma palavra de apreço relativamente à intervenção do Sr. Presidente da Câmara no que diz respeito à Estrada da Beira. Porque nós somos muito maltratados pelas Estradas de Portugal relativamente ao troço da Estrada da Beira aqui no concelho, nomeadamente a parte mais a sul, a que vai de Vendas de Galizes ao Poço do Gato. Muitas vezes, está em estado lastimável, cheia de buracos e não é nada digna do século vinte e um e de uma estrada com aquele trânsito. Portanto, faz muito bem em exercer toda a pressão possível para que as Estradas de Portugal assumam as suas responsabilidades no sentido de melhorar aquela que é a principal via de acesso a este concelho.”

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia tomou, então, a palavra para a seguinte intervenção:

“Eu gostava de apelar a todos: não me sinto confortável em estar aqui a dar lições de moral ou de comportamento a nenhum dos Srs. Deputados. Acho que não me fica bem. Mas penso que, de facto, tem que haver alguma organização e alguma disciplina porque esta



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

intervenção foi toda descabida quanto ao ponto.

O que eu peço, quer às forças partidárias, quer aos Srs. Deputados por si, é que nos tentemos aproximar daquilo que é o Regimento. O que o Regimento diz é que são cinco minutos a cada Deputado mas, se houver um número de inscritos superior ao tempo, diminui-se no tempo de intervenção de cada um. E eu percebo que num minuto ou em dois minutos, não se consegue dizer nada, pelo que tem havido a preocupação que exponham as ideias com clareza e com alguma dimensão.

Mas também temos que ter presente esta situação da lei. E hoje disse que a agenda era nada mas é uma da manhã e ainda faltam dois pontos. Portanto, acho que tem que haver alguma disciplina e eu espero que ninguém queira que o Presidente da Assembleia venha para aqui com o papel de polícia porque acho que não é esse o seu papel. Acho que somos todas pessoas idóneas e temos que ter todos esta preocupação.

Como se devem recordar, eu quase sempre intervinha com um discurso escrito, que media em casa para não passar os cinco minutos e, por isso, nunca ninguém me calou ou chamou à atenção quanto ao tempo. Mas, se estiverem lembrados, eu media o meu discurso rigorosamente para cinco minutos, fazia um discurso sucinto para dizer o que queria, e parece que dizia bastante. E tem que haver alguma eficácia. É esse o apelo que eu faço a todos. E façam o fazer de não me quererem aqui a fazer o papel de polícia. E também me sinto incomodado com essa história de estarmos aqui a mandar calar as pessoas ou com a “lei da rolha”. Estas são as regras do Regimento. Se entenderem, alterem o Regimento que, por mim, está tudo bem.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Eng<sup>o</sup> Carlos Inácio:

“Em primeiro lugar, acho que estamos numa excelente Assembleia, hoje. Está ativa, está dinâmica e, pela primeira vez, assisto aqui a um debate muito forte e ativo. A oposição finalmente arrancou ou animou-se, e isso é que é positivo. É pena é ter demorado estes dois anos. E não se esqueçam que, nos anos todos em que fomos oposição, isto acontecia continuamente. E não se esqueçam também aqui das Assembleias que acabaram muitas vezes às quatro da manhã e mais. E ainda bem que foi assim e que há aqui um debate ativo, dinâmico, de quem é poder num determinado momento e de quem é oposição noutra momento. Por isso, é bom que isso aconteça. E isso acontece porquê? Porque, antes da Ordem do Dia ou eventualmente depois, há aqui temas, há aqui situações que são focadas, ninguém é cortado em falar e podemos pôr os temas completamente à vontade. Haja vontade para se inscreverem. Quer na bancada anterior, quer nesta, é assim: nós, normalmente, falamos todos, trazemos temas que interessam ao concelho, questões que são comuns a nós todos, na defesa do nosso concelho, da nossa região e do nosso País. Muitas vezes, isto não se vê nas outras bancadas. Façam o favor de o fazer também porque é positivo para todos.

A segunda questão que eu queria colocar aqui: espero que nenhum de nós aqui seja diferenciado ou ostracizado pelas idades. Espero que nunca o seja e nunca fiz isso a ninguém. E que não haja limites de idade para nada na vida porque todos nós um dia somos novos mas, daqui a uns anos, temos a idade que outros têm hoje. Espero que isso nunca aconteça.

Outra questão que eu queria referir: eu gostaria que não houvesse ruídos nesta



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Assembleia. Acho que devemos estar todos atentos uns aos outros. E quem não quiser falar aqui na Assembleia, que não faça ruído. Venha para aqui falar como eu estou a fazer e como outros fazem. E diga aqui as coisas abertamente e olhos nos olhos. Eu acho que isso é que é construir democracia e viver aqui no concelho.

Em relação às estradas, queria dizer uma coisa: as obras continuaram, algumas já continuam com este Governo, outras não se puderam fazer, como já aqui foi referido. Mas, obras que continuaram e que estão concluídas, vou dar-vos dois casos: o IP 2 está completamente concluído. Foi todo concluído, desde Macedo de Cavaleiros à Guarda. Foi uma obra que foi iniciada anteriormente e que foi concluída no tempo deste Governo. E o IC 3 está a andar, neste momento. Entre Tomar e Coimbra há obras neste momento que é a variante a Condeixa. São obras que existiram, foram lançadas e que estão a continuar.

Eu esqueci-me de dizer aqui uma coisa ao meu amigo Paulo Rocha. Bem-vindo a esta bancada global e o gosto de o termos todos aqui.

Uma afirmação e uma pergunta segundo esta temática: lendo estes documentos acerca da situação financeira do Município, ela continua boa. Vai continuar boa e, naturalmente, agora engrandecida por uma atenção mais profunda e diferente que vamos ter em relação a esta situação. E certeza que vamos fazer mais obras com menos dinheiro e vamos ser mais eficientes. Uma coisa é sermos gestores e eu acho que o Sr. Presidente da Câmara Municipal é um gestor do Município, além de ser uma pessoa que recebe aqui todas as pessoas. Mas também é um gestor. E gerir bem não é ter todas as valências mas é aconselhar-se com os melhores e ter os melhores para trabalharem com ele, que é isso que eu acho que ele está a fazer.

A outra questão que eu também queria pôr era a questão da TDT, que já foi colocada pelo amigo anterior. Penso que houve uma reunião ontem e queria saber como é que estamos e como é que a nossa população foi servida.

A última questão tem a ver com uma notícia que li em que o Clube de Caça e Pesca está a fazer um repovoamento de coelhos no nosso concelho. Eu senti hoje aqui, e alguns de vós talvez também terão sentido, que a época da caça abriu mais cedo hoje. Mas penso que a caça não está aqui nesta Assembleia e aqui dentro.”

Intervio, depois, o Sr. Rui Abrantes:

“Sr. Presidente, uma palavra para si: peço imensa desculpa pois, há pouco, quando pedi para intervir para dar aqueles esclarecimentos, tem razão pois eu devia ter pedido esclarecimentos. Não foi essa a minha intenção. Foi dar esclarecimentos acerca da ESTGOH e do IC. Peço desculpa por isso e não voltará a acontecer.

Acerca das dívidas aos fornecedores, queria dizer que compreendo com naturalidade que o Sr. Presidente não consiga dizer exaustivamente quem é fulano ou sicrano, mas há aqui algumas empresas que não me dizem nada. Por isso é que surge a dúvida. Não sei se é alguma incorreção mas, por exemplo, nas dívidas de empreitadas, aparece a empresa Isidoro Correia da Silva, com noventa mil euros. E, depois, a mesma empresa também aparece em fornecedores. Não sei se será um lapso ou se é mesmo assim. E também gostaria de saber qual é a empresa SOMA, S.A., com trinta e cinco mil euros.



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Parece-me a mim – e não pondo em causa que as contas da Câmara estejam como deve ser – que a dívida a fornecedores tem sido um pouco mais baixa. Não sei se, depois, pode dar algum esclarecimento sobre isso.”

Seguidamente, depois do Sr. Presidente da Câmara ter informado o Sr. Rui Abrantes de que não há qualquer lapso na referência à dívida que o Município tem para com a empresa Isidoro Correia da Silva e de que a empresa SOMA, S.A. se refere ao aluguer de uma grua, fez a seguinte intervenção:

“Em relação às intervenções do Sr. Engº José Vasco e do Engº Carlos Inácio, queira fazer algumas referências.

Relativamente aos terraços ilegais, se fosse possível, pedia-lhe para concretizar mais. Temos levantado alguns autos de notícia mas agora não sei se são sobre as infrações que referiu. Assim, solicito também a colaboração dos Presidentes das Juntas no sentido de se identificarem essas situações, bastando indicar o local.

Em relação à TDT, estava marcada para ontem uma reunião com o Sr. Presidente da ANACOM, aqui, em Oliveira do Hospital. Mas passou para terça-feira porque, como vai haver aqui uma reunião da Comunidade Intermunicipal nesse dia, ele vai reunir com os catorze Presidentes de Câmara, pois todos temos os mesmos problemas. Este problema tem sido tratado – e muito bem – pelo meu Vice-Presidente, acompanhado pelos Presidentes das Juntas de Freguesia de Alvôco das Várzeas e de Penalva de Alva. Eu só estive numa reunião, que foi com o Conselho de Administração da PT e na qual ficou o compromisso de haver algumas soluções diferenciadas em termos do nosso concelho. Não podemos é permitir que as nossas populações mais idosas fiquem sem acesso à televisão, em condições de igualdade com outros portugueses. Sobre esta reunião que vai haver na terça-feira, queria informar que convidei todos os Presidentes de Junta mas o convite à extensivo aos Srs. Deputados. É terça-feira, às quinze horas.

Sobre a moção que o João Dinis apresentou, queria referir que, da parte da Câmara, também estamos muito preocupados com os nossos ovinicultores e também com quem tem o gado. Neste momento, já dão forragem que eram para o Verão mas às quais já têm que recorrer neste momento. E eu acho que a Câmara Municipal deve fazer um esforço, ligado à ANCOSE, e compartilhar alguns proprietários. Isto terá que ser feito com um regulamento claro e transparente, distinguindo quem tem até cem ovelhas ou mais. Isto foi discutido esta tarde, com o João Dinis. Vamos, com o nosso veterinário, fazer o levantamento da situação e ver se é possível contribuir com alguma ajuda aos produtores. Por isso, da nossa parte, existe esta disponibilidade.

Sobre os passeios do BTT, eu estou absolutamente de acordo. Se há alguns clubes que acabam as provas e vão retirar o lixo, outros há que ainda não o fazem. Mas nós devemos obrigar a fazer. Até agora, tem-se pedido com educação mas, a seguir, há mecanismos legais para os obrigar.

Quanto à desertificação, é um problema de difícil resolução. Na reunião que tive com o Sr. Secretário de Estado Paulo Júlio, ele mostrou um mapa que tinha três zonas. Uma zona intermédia, que apanhava o nosso concelho, onde há cento e vinte e cinco idosos para cem



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

jovens. Outra zona, mais para a fronteira, há uma média de trezentos idosos para cada cem jovens. E o Sr. Secretário disse que, pelos estudos, este é um problema terrível e que dificilmente algum Governo é capaz de resolver.

O Fundão tem autoestrada e tem caminho-de-ferro. Mas sabem que o Fundão teve, nos Censos, uma perda de população de cerca de doze por cento? E Oliveira do Hospital, que não tem caminho-de-ferro nem tem uma estrada digna dessa nome, perdeu cinco vírgula quatro por cento. Isto também nos faz repensar algumas coisas.

Em relação à situação financeira, é verdade o que o Rui Abrantes referiu no que respeita ao aumento da dívida para com fornecedores mas tem a ver com a cabimentação da dívida às Águas do Zêzere e Côa, que é considerada fornecimento.

No que respeita à proposta feita pelo Nuno Oliveira sobre o empréstimo de dois milhões de euros, queria referir que o empréstimo tinha sido aprovado por esta Assembleia. E, quando foi aprovado, tinha a referência das obras a que se destinava. E nós fomos buscar os dois milhões para fazer as obras que vieram do Executivo anterior. Neste empréstimo de cinco milhões já amortizámos mais de quinhentos mil euros, ou seja, a dívida do empréstimo está em quatro milhões e meio.

Gostava, agora, de introduzir aqui a referência ao Programa de Ação e Dinamização Local – Programa Ativar Oliveira do Hospital. Se temos uma situação financeira razoável, devemos ou não contribuir com um estímulo à economia local do nosso concelho? Acho que a resposta é clara. Vou dar-vos as linhas gerais. A primeira medida é a redução do prazo médio de pagamento a fornecedores e empreiteiros, pois, se começarmos a pagar a um prazo de quinze dias, injetamos mais dinâmica na economia local.

Outra das medidas é a implementação de um programa de obras públicas de pequena dimensão financeira, que queremos promover diretamente pelo Município e pelas freguesias, de modo a estimular a economia local. Como as obras até cento e quarenta e nove mil euros não precisam de concurso público, vamos pegar em quinhentos mil euros e, através de ajuste direto – em que tem que se consultar na mesma algumas empresas – vamos distribuir obras pelas empresas. Mas, se determinada empresa fizer uma obra, já não é convidada para a execução de outra. Vamos lançar este projeto em conjunto com as freguesias. E essas obras vão ser lançadas perto do limite dos cento e quarenta e nove mil euros. Nestes convites, também levaremos em conta o número de trabalhadores que as empresas têm.

Uma outra medida é a efetivação de um apoio direto à internacionalização de empresas e empresários em nome individual sedeados no Município. Vamos criar incentivos que proporcionem a empresas de Oliveira do Hospital, pagando a Câmara, a participação em feiras onde se possam vir a internacionalizar.

E também temos aqui uma medida ao contrário que é a possibilidade da Câmara Municipal convidar empresários, em colaboração com as empresas, trazê-los e pagar-lhes a estadia cá, para que visitem as nossas empresas, numa tentativa de internacionalização.

Acho que há aqui coisas muito positivas. Vamos ter que trabalhar. Mas isto tem tudo a ver com a dinamização da nossa parte económica, que é aquilo que nos faz prosseguir determinados objetivos.



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Outro compromisso que temos neste documento é a manutenção e, se fôr viável, a redução dos impostos municipais. Precisamos também de fazer isso. E ainda há outro compromisso que é continuar a não cobrar a derrama.

Outra medida que está muito ligada ao Plano e ao Orçamento e a uma coisa que chamamos os ativos sociais, é a implementação de um sistema de apoio à contratação de jovens com formação adequada. Há algumas medidas que este Governo agora lançou, que nós estamos a trabalhar e que a Câmara Municipal vai participar, em colaboração com empresas e IPSS's do nosso concelho. O Estado subsidiará uma parte, através do IEFP, e a Câmara Municipal subsidiará outra parte e, concerteza, o empresário outra parte.

Acho que é, de longe, um Programa altamente ambicioso e que tem um grande alcance social.

Outra coisa que nós fazemos para ajudar a economia local é tentar comprar o máximo de coisas em Oliveira do Hospital, para apoiar a retoma económica. Já hoje, oitenta e cinco por cento do que compramos é em empresas de Oliveira do Hospital e, na minha opinião, ainda há a possibilidade de alargar mais cinco por cento.

Todas estas medidas só são possíveis devido à situação financeira estável e regular que esta Câmara Municipal possui. Tenho muita esperança de sermos capazes de operacionalizar este documento e de o pormos em prática.”

Terminada a intervenção do Sr. Presidente da Câmara, o Sr. Rui Abrantes pediu a palavra para a seguinte intervenção:

“Naturalmente que o Grupo Parlamentar do PSD se revê na base dessa política, em que o Sr. defende consumir em Oliveira do Hospital. Vá para fora cá dentro de Oliveira do Hospital e nós concordamos com esse princípio.

Queria só dizer, no que diz respeito a esse documento, e é um conselho do PSD aqui na Assembleia, que é importante que não restem dúvidas nenhuma para a comunidade empresarial de Oliveira do Hospital acerca de quem pode ou não usufruir desses apoios. No que diz respeito, por exemplo, à internacionalização, o que o Sr. Presidente diz é que algumas empresas irão ser apoiadas e outras não porque já lá vão, a custo deles. Uma ideia era que fosse por volume de negócios. Para empresas com volume de negócios superior a três ou quatro milhões de euros não ajudamos. Para empresas com volume de negócios inferior... Isto é só uma sugestão. É importante que não restem dúvidas neste tipo de regulamentos que é para, amanhã, a Câmara Municipal não ser acusada de favorecer uns e outros não.”

Seguidamente, o Sr. Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra para o seguinte esclarecimento:

“Logicamente que todos os artigos deste documento orientador, que foi aprovado em reunião de Câmara, terá que ser regulamentado, para não haver filhos e enteados. Assim como a nível das empresas tem que haver uma regulamentação. Essa também é a nossa preocupação.

Queria aproveitar para informar que a Câmara Municipal vai estar presente na B.T.L., numa colaboração com a ADIBER. E, no dia quatro de março, vai ter uma ação específica de



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

divulgação e promoção do Município, que contará com uma prova de sabores e de saberes, que decorrerá a partir das dezasseis horas. Terá a participação da Confraria do Queijo Serra da Estrela e animação da Tuna da Associação Progressiva de Santo António do Alva. Será, sobretudo, para promover a Feira do Queijo e outros produtos locais de qualidade.”

Depois, entrando-se no Ponto II da Ordem do Dia – Fixação do montante das coberturas relativamente ao Seguro de Acidentes Pessoais dos membros da Assembleia Municipal – o Sr. Rui Abrantes pediu a palavra para a seguinte intervenção:

“Pelo que percebi, da análise que fiz desta informação que o Vereador Paulo Rocha elaborou, parece-me que, em despesas de tratamento e repatriamento e despesas de funeral, o presidente e vereadores a tempo inteiro irão deixar de ter essa cobertura.”

Depois do Sr. Vereador Paulo Rocha ter esclarecido que essas despesas já estavam a coberto do seguro de acidentes de trabalho, existindo cobertura em duplicado, o Sr. Rui Abrantes acrescentou que, se assim não fosse, não poderia concordar com a retirada dessa cobertura ao presidente e vereadores a tempo inteiro.

Seguidamente, foi colocada à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, tendo sido aprovada, por unanimidade, a fixação dos seguintes montantes das coberturas relativamente ao Seguro de Acidentes Pessoais dos membros da Assembleia Municipal:

▪ Presidente da Câmara Municipal, com os capitais:

MIP - 212.500,00€;

ITA - 100,00€;

ITAIH - 50,00€.

▪ 3 Vereadores a tempo inteiro, com os capitais:

MIP - 175.000,00€;

ITA - 75,00€;

ITAIH - 25,00€.

▪ 3 Vereadores a tempo parcial, com os capitais:

MIP - 95.500,00€;

ITA - 25,00€;

ITAIH - 25,00€;

DTR - 5.000,00€;

DF - 2.500,00€.

▪ 43 Membros da Assembleia Municipal, com os capitais:

MIP - 95.500,00€;

ITA - 25,00€;

ITAIH - 25,00€;

DTR - 5.000,00€;



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DF - 2.500,00€.

Por fim, entrando-se no período de Intervenção do Público, foi dada a palavra ao Sr. Engº Rui Fernandes, que fez a seguinte intervenção:

“Eu gostaria apenas de fazer uma pequena intervenção sobre a ESTGOH. Para quem não sabe, eu faço parte do Conselho Geral, aquele que toda a gente afamou de serem os coveiros da ESTGOH. Eu gostava de vos dizer que, pelo menos eu não sou e sempre trabalhei em prol da ESTGOH.

Gostaria apenas de desmistificar algumas situações. É verdade que se falou muito e muitas vezes erradamente. Muitas vezes se disse que o quadro da ESTGOH só tinha dois professores a tempo inteiro, o que é uma mentira. Dizia-se que a ESTGOH tinha seiscentos alunos e que tinha potencialidade para crescer, o que também é mentira. E é mentira porque, desde há cerca de três anos até esta data, o número de alunos relativo ao número de vagas que existia, estava a decrescer.

É um facto que o Presidente do Politécnico não foi, de forma nenhuma, feliz. Foi até muito infeliz e que, de alguma forma, como uns já disseram, quis matar a Escola. Eu não vou chegar a tanto mas tomou, sem dúvida, certas atitudes que não devia ter tomado.

É um facto que o ex-Presidente tomou outras que levou ainda mais a denegrir a imagem da ESTGOH.

É muito fácil aqui dizermos que a culpa era do Presidente do Politécnico e do Conselho Geral mas aquilo que a maior parte das pessoas e a maior parte dos munícipes desconhece, é a realidade do I.P.C.. E essa, se calhar, era aquilo que deveriam saber antes de primeiro ajuizarem.

Seria importante perceber que alguém com a responsabilidade do Presidente da ESTGOH não pode dizer que está a defender os interesses da Escola quando, na realidade, aquilo que ele sempre defendeu foi os interesses do grupo de professores. Ele nunca foi capaz de chegar lá e de dizer que queria novos cursos e manter o mesmo número de professores. Não, ele queria manter os mesmos professores, trocar cursos, fazer à maneira dele. E daí estas trapalhadas todas. Se calhar, assim conseguimos perceber que a questão da má vontade não é tanto má vontade. É mas é alguém que não queria largar certos laçaios – chamemos-lhe assim – para projetar o futuro da Escola.

E daí que, se calhar, alguns cursos com interesse não tenham sido aprovados e, se calhar, daí que agora estamos neste impasse em que, ou aceitamos os cursos da área da saúde, ou não temos a ESTGOH.

O Sr. Presidente da Junta de Vila Franca da Beira, há pouco, estava a dizer que os cursos que nos deram não eram “grande coisa”. Eu vou só lembrar os cursos que nos deram: engenharia e segurança no trabalho, gestão de marketing e saúde, terapia da fala e terapia ocupacional. Certamente que muitos de vocês vão dizer que esses cursos não dizem nada. Eu vou só elucidar-vos: todas as escolas, a nível nacional, que têm estes cursos e colocam as vagas a concurso, normalmente têm o triplo dos candidatos das vagas que têm ao seu dispôr. Ou seja, se nós partirmos, para já, com cento e vinte vagas, temos potenciais duzentos



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

candidatos a estes cursos.

Por isso, a perspetiva, a médio e longo prazo, para a ESTGOH não será de todo má. Há de enaltecer neste facto que estes cursos não caíram do céu aos trambolhões. Isto foi algo que foi, de alguma forma, elucidado o Sr. Presidente do Politécnico de que este era o melhor caminho. Foi elucidado pelo Secretário de Estado e pelo Ministro. E de enaltecer também o trabalho que o Presidente da Câmara fez e que as forças políticas fizeram. Tudo isso foi importante mas este foi o caminho que foi apontado como sendo o único. Não temos outra alternativa. Ou é isto ou não é nada. Agora, temos de olhar pela positiva. Mais uma vez, acho que é importante não fomentarmos a ideia da guerra e que vamos para os jornais e vamos para as ruas... Isso só vai denegrir a nossa imagem e a imagem da ESTGOH. Vamos olhar pela positiva e pela janela de oportunidades que nos surgiu: são os cursos de saúde. Neste momento, são estes. Podem não ser muito apelativos. No futuro, quem sabe, podem vir mais. Podem vir cursos que, eventualmente, possam ser explorados junto com a FAAD ou com outras IPSS's.

Para não me alongar mais, até porque o Sr. Presidente da Câmara também já o referiu, acho que, quanto menos falarmos na ESTGOH, melhor. E, se falarmos, devemos falar pela positiva e não pela negativa, do deita-abaxo, que isto vai acabar ou não vai acabar. Acho que devemos pensar nisto como numa janela de oportunidades e não no fim-do-mundo.”

Terminada a intervenção do público, o Sr. Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra:

“Não me ficaria bem deixar de agradecer ao Engº Rui Fernandes, que sempre se disponibilizou. E já não é a primeira vez que o afirmo aqui. é um Homem que faz parte do Conselho Geral do I.P.C.. Sempre que eu lhe solicitei apoio e algumas conversas para perceber o “fenómeno”, teve sempre uma grande disponibilidade. É um jovem oliveirense, é um jovem que defende a Escola e que quer o bem da Escola.

Como já disse, não vou fazer hoje nenhum comentário, nem vou fazer nenhum comentário ao que disse o Engº Rui Fernandes. Um dia, a história da Escola Superior há de se escrever mas não é agora a fase. E as coisas, depois, terão nome e muitas pessoas perceberão que, enquanto em Oliveira do Hospital se discutia o Café Central – que era a notícia importante – havia um conjunto de pessoas que trabalhavam em defesa da prol da ESTGOH.

Temos Escola ou não temos? É um perigo ainda delicado mas eu estou convencido que havemos de ter alguma coisa de ensino superior. Há algumas ideias que estamos a trabalhar. E, como eu disse e peço também à imprensa, que a Escola de Oliveira do Hospital fosse falada, nesta fase, pela positiva e não pela negativa porque ela já teve muitos prejuízos dessa exposição mediática. Por isso, como eu disse, acredito na defesa da Escola e acredito na continuidade do ensino superior em Oliveira do Hospital.”

Seguidamente, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia tomou a palavra para a seguinte intervenção:

“Como já verificaram, hoje temos mais uma pessoa no apoio à Assembleia. O Sr. Presidente da Câmara e o Executivo, numa reformulação que estão a fazer, decidiram que Sra. Dra. Ângela Marques deixaria de dar aqui o apoio à Assembleia. É possível que ainda venha



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

cá mais uma ou duas vezes. Mas, nesta oportunidade, não queria deixar de manifestar a minha satisfação pelo trabalho que foi aqui desenvolvido. Queria realçar o profissionalismo que a Dra. Ângela sempre teve aqui no serviço da Assembleia. Tive o cuidado de lhe perguntar se era da vontade dela também, que eu sentia-me muito confortável com ela aqui a dar-nos o apoio que tem dado. Portanto, não se pense que é um saneamento, nem pouco mais ou menos.

Pessoalmente, dá-me muita pena que deixe de cá estar. Mas há outros interesses ao nível do trabalho da Câmara e são-lhe reconhecidas as capacidades. Da minha parte, era para informá-los e deixar-lhe aqui o meu reconhecimento pelo trabalho e pelo profissionalismo que ela teve nesta Assembleia. E dizer mais uma vez que é com muita pena que a vejo ir.

Mas penso que a D. Esmeralda, que vai ficar cá connosco, cumprirá a missão também com o mesmo zelo e com o mesmo profissionalismo.”

Por fim, o Sr. João Esteves pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Não fica muito bem eu vir falar depois do Sr. Presidente da Assembleia Municipal praticamente ter anunciado o encerramento desta Assembleia mas eu também quero enaltecer o trabalho que a Dra. Ângela tem feito ao longo destes anos todos em prol dos trabalhos e do bom funcionamento da Assembleia Municipal.

Faço também minhas as palavras que o Sr. Presidente da Assembleia disse e, em nome do Partido Social Democrata e em nome do Grupo Parlamentar, também estamos gratos por tudo o que fez por esta Assembleia.”

Terminadas as intervenções, foi colocada à votação a proposta de aprovação da presente ata em minuta, para que produza efeitos imediatos, tendo a mesma aprovada por unanimidade.

Não havendo mais nenhuma intervenção sobre esta matéria e sendo uma hora e trinta minutos do dia vinte e cinco de fevereiro, o Sr. Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente Ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos restantes Membros da Mesa e por mim  
\_\_\_\_\_  
Primeiro Secretário, que a subscrevi.

(Presidente) \_\_\_\_\_

(Primeiro Secretário) \_\_\_\_\_

(Segundo Secretário) \_\_\_\_\_